



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXII — 65.º DA REPÚBLICA — N. 17.352

BELÉM — SÁBADO, 27 DE JUNHO DE 1953

LEI N. 612 — DE 26 DE JUNHO DE 1953

Concede pensão mensal de dois mil cruzeiros ..... (Cr\$ 2.000,00) a Dona Dulce Aires Gentil, viúva de Manoel Maria de Macedo Gentil, ex-vereador em Santarém.

A Assembléa Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedida a Dona Dulce Aires Gentil, viúva de Manoel Maria de Macedo Gentil, enquanto se mantiver no estado de viuvez, e a seus filhos, durante a menoridade, uma pensão mensal de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00).

Parágrafo único. A despesa definida neste artigo correrá à conta da consignação "Pensões Diversas" da verba "Encargos Gerais do Estado", no presente e futuros orçamentos do Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de junho de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO  
Governador do Estado

Stelio de Mendonça Maroja  
Secretário de Estado de Economia e Finanças

DECRETO N. 1.242-A — DE 14 DE MARÇO DE 1953

Transfere, "ex-officio", para a Reserva Remunerada, na sua graduação, o 1.º Sargento Carpinteiro do Contingente do Comando Geral da Polícia Militar do Estado, Almeirindo Nascimento.

O Governador do Estado do Pará usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo n. 02935/52 — Of. — SIJ,

DECRETA:

Art. 1.º Fica transferido, "ex-officio", para a Reserva Remunerada, na sua graduação, o 1.º Sargento Carpinteiro do Contingente do Comando Geral da Polícia Militar do Estado, Almeirindo Nascimento, nos termos da letra a) do art. 325, combinado com a letra b) do parágrafo único, do art. 328 da Lei estadual n. 207, de 30 de dezembro de 1949, percebendo, nessa situação, os proventos de mil cento e setenta cruzeiros ..... (Cr\$ 1.170,00) mensais, ou sejam, quatorze mil e quarenta cruzeiros

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

(Cr\$ 14.040,00) anuais, de acordo com o art. 348 da referida lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO  
Governador do Estado  
Daniel Coelho de Souza  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO N. 1.290 — DE 27 DE JUNHO DE 1953

Cria um Comissariado de Polícia na Ilha dos Carás, Município de Afuá.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo n. 01689/53 — Of. — SIJ,

DECRETA:

Art. 1.º Fica criado um Comissariado de Polícia, com sede na Ilha dos Carás, no Município de Afuá, com os seguintes limites e respectiva jurisdição: sobre esta e as ilhas "Veados" e "Juruna", limitando-se ao Norte e Oeste com a Baía de Macapá (braço Norte do

Amazonas), ao Sul com o "Furo dos Porcos" e a Leste com a parte Norte do Canal de Jurupari.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 27 de junho de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO  
Governador do Estado  
Daniel Coelho de Souza  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

## SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 27 DE JUNHO DE 1953

O Governador do Estado:

resolve nomear Belarmino Nunes da Costa para exercer o cargo, em comissão, de Comissário de Polícia na Ilha dos Carás, Município de Afuá, comissariado criado pelo Decreto n. 1.290, de hoje datado.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 27 de junho de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO  
Governador do Estado  
Daniel Coelho de Souza  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

## SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos proferidos pelo Senhor Doutor Secretário de Estado

Memorandum:

N. 31, do Serviço de Assistência ao Cooperativismo, remetendo o suplemento do Boletim Agro-Cooperativo n. 15, dedicado à cooperativa e à criação de Clube Agrícola nos estabelecimentos de ensino desta cidade e do interior — Agradecer e arquivar.

Telegramas:

N. 161, de Aminadab Alvares Ataliba, 2.º tenente delegado de polícia de Itupiranga, fazendo comunicação sobre as últimas ocorrências ali havidas — Acusar e arquivar.

N. 140, de João Batista — Peixe-Boi, Município de Nova Timboteua, pedido de providências, anexo uma informação do D. E. S. P. — Dê-se conhecimento da informação do Departamento de Segurança ao signatário do telegrama de fls.

Em 23/6/53

Ofícios:

N. 13, da Assembléa Legislativa, anexo o Projeto de lei n. 13, concedendo auxílio à VII Jornada Bra-

sileira de Puericultura e Pediatria — Faça-se o expediente.

N. 382, da Assembléa Legislativa, solicitando informações sobre o pagamento à Prefeitura Municipal de Soure, das quotas a que tem direito, provenientes do Fundo Rodoviário Nacional, relativas aos anos de 1951 e 1952 — Ao Departamento de Estradas de Rodagem.

N. 383, da Assembléa Legislativa, remetendo cópia do processo n. 79, referente aos limites do Município de Bujarú com o do Acará — Encaminhe-se ao Secretário da Comissão.

N. 384, da Assembléa Legislativa, remetendo cópia do processo n. 20, referente ao terreno à esquina da Avenida Pedro Miranda com a travessa Lomas Valentinas, no bairro da Pedreira — A Secretaria de Obras, Terras e Viação.

N. 385, da Assembléa Legislativa, enviando cópia do processo n. 27, referente à petição de Inês de Castro da Silva, solicitando uma pensão — A Secretaria de Economia e Finanças.

N. 257, do Juízo de Direito da 8.ª Vara da Comarca da Capital — Repartição Criminal, propondo a permanência de funcionário recentemente promovido naquela Re-

partição — Ao Departamento do Pessoal.

Sin, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Francisco de Borgia Calandrini Martins, para guarda civil de 3.ª classe — Volte ao Departamento de Segurança.

Sin, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Dolmino Faustino da Silva, para guarda civil de 3.ª classe — Volte ao Departamento de Segurança.

Sin, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Aloisio Pereira de Sousa, para guarda civil de 3.ª classe — Volte ao Departamento de Segurança.

Sin, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Raimundo de Sousa Braga, para guarda civil de 3.ª classe — Volte ao Departamento de Segurança.

Sin, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Reginaldo Nunes de Sousa, para guarda civil de 3.ª classe — Volte ao Departamento de Segurança.

Sin, da Inspeção da Guarda Civil, anexo a renovação de contrato de Raimundo Corrêa da Conceição, para guarda civil de 3.ª classe — Volte ao Departamento de Segurança.

Em 24/6/53

Petição:

0174 — Clube do Remo, anexo a petição n. 0175, do Paisandú Esporte Clube, sociedades esportivas e recreativas, e os ofícios ns. 692 e 720, do Ministério da Fazenda — Delegacia Fiscal no Pará, informando sobre o jogo denominado "Bingo" — 1.º Acusar o recebimento do ofício retro. 2.º Volte o expediente ao Departamento de Segurança, para os devidos fins, indeferidos que ficam os requerimentos formulados, à vista da informação prestada pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado.

Ofícios:

Sin, da Prefeitura Municipal de Curralinho, solicitando providências no sentido de ser pago, por conta dos réditos da mesma, ao Serviço de Navegação do Estado, a importância de Cr\$ 5.000,00 — Autorizo o pagamento. Ao Departamento de Assistência aos Municípios.

N. 104, do Serviço de Cadastro Rural, sobre a frequência de funcionário lotado no D. A. M. e servindo no S. C. R. — Encaminhe-se ao D. A. M.

N. 118, da Procuradoria Geral do Estado, anexo a petição n. 0333, de José de Siqueira Rodrigues Filho, promotor público da Comarca de Igarapé-águ, removido para Marabá, solicitando exoneração do referido cargo — Lavre-se



## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador:

General de Divisão ALEXANDRE ZACARIAS  
DE ASSUMPÇÃO

Secretário do Interior e Justiça:

Dr. DANIEL COELHO DE SOUZA

Secretário de Economia e Finanças:

Dr. STÉLIO DE MENDONÇA MAROJA

Secretário de Saúde Pública:

Dr. EDWARD CATETE PINHEIRO

Secretário de Obras, Terras e Viação:

Dr. CLAUDIO LINS DE V. CHAVES

Secretário de Educação e Cultura:

Respondendo pelo expediente

JOSÉ CAVALCANTE FILHO

...

As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 16 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.

—As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas, após a saída dos órgãos oficiais.

## IMPrensa Oficial

## DO ESTADO DO PARÁ

## EXPEDIENTE

Rua do Una, 32 — Telefone, 3262

Diretor Geral:

OSSIAN DA SILVEIRA BRITO

Redator-chefe:

Pedro da Silva Santos

## Assinaturas

Belém:	
Anual .....	260,00
Semestral .....	140,00
Número avulso .....	1,00
Número atrasado, por ano .....	1,50
Estados e Municípios:	
Anual .....	300,00
Semestral .....	150,00
Exterior:	
Anual .....	400,00
Publicidade:	
1 Página de contabilidade, por 1 vez ..	600,00
1/2 Página, por 1 vez ..	300,00
1/4 Página, por 1 vez ..	150,00
Centímetros de colunas:	
Por vez .....	6,00

dade de suas assinaturas, na parte superior ao endereço vão impressos o número do talão do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência, mínima de trinta (30) dias.

—As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

—Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

—A matéria paga será recebida das 8 às 17 horas, e, nos sábados, das 8 às 11,30 horas.

—Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época por seis meses ou um ano.

—As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

—Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de val-

—A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPrensa Oficial.

—Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

—O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

a exoneração. Ao Departamento do Pessoal.

—N. 370, do Departamento Estadual de Segurança Pública, encaminhando cópia do ofício do Juiz de Direito da 8.ª Vara da Capital, solicitando o internamento no Hospital Domingos Freire, do presidiário Benedito Cavalcante da Silva — A Secretaria de Saúde Pública.

—N. 344, da Assistência Judiciária do Cível — Belém, sobre o edital de citação, em que é interessado Manoel Ventura de Sousa, expediente restituído da Imprensa Oficial, que juntou um exemplar do referido órgão — Remeta-se o incluso exemplar do órgão oficial à Assistência Judiciária Cível da Capital.

—N. 345, da Assembléia Legislativa, expediente já informado pelo D. E. S. P., sobre as ocorrências havidas ultimamente em Vizeu — Restitua-se à Assembléia Legislativa, com a informação prestada pelo Departamento de Segurança.

—N. 369, do Tribunal Regional

Eleitoral do Pará, comunicação sobre a concessão de férias ao motorista Raimundo Mangabeira da Silva — Ao Senhor Diretor do Expediente.

—N. 2040, do Gabinete do Governador do Estado de São Paulo, solicitando ao Exmo. Sr. General Governador, o fornecimento de um exemplar da Consolidação das Leis, decretos e demais atos deste Estado — A Procuradoria Geral, para as informações pedidas.

—N. 145, do Juiz de Direito da 8.ª Vara da Comarca da Capital — Repartição Criminal, anexo o ofício n. 230, do mesmo, apresentando funcionários, a fim de serem submetidos a exame de saúde, expediente já informado pela S. S. P. — Ao Departamento do Pessoal.

—N. 112, da Delegacia de Polícia de Monte Alegre, acusando o recebimento da circular n. 13 — Junte-se ao "dossier".

Telegrama:

N. 101, de Alarico Barata — Belém — Arquivo-SC.

SECRETARIA DE ESTADO  
DE ECONOMIA E FINANÇAS

## GABINETE DO SECRETARIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário de Estado  
Em 26/6/53

Expediente de Betina Ferro de Souza, solicitando contagem de tempo. — Ao Exmo. Sr. General Governador, com o parecer desta Secretaria pelo deferimento do pedido, nos termos do parecer do Departamento do Pessoal e na contagem do tempo de serviço verificado.

Expediente de Joaquim Silva Picanço, solicitando auxílio — Ao Departamento de Contabilidade, para informar qual o saldo do crédito extraordinário aberto para o socorro às vítimas da enchente do Amazonas.

Expediente da S. E. E. C., solicitando à Assembléia Legislativa do Estado a criação de cargos para reajustamento dos quadros de professores primários — Ao Departamento de Contabilidade, para a estimativa da suplementação necessária no presente exercício.

Expediente da Assembléia Legislativa, solicitando inclusão de lista — Ao Conselho Estadual do Serviço Social.

Expediente de Costa & Filhos Ltda., solicitando empenho e pagamento da importância de Cr\$ 3.450,00 — A S. O. T. V., com o pedido de encaminhamento ao Departamento de Águas, para informações.

Expediente da P. M. de Oriximiná, remetendo petição da professora Corina Guerreiro — Ao Departamento de Despesa, para dizer.

Expediente da Associação dos Leiteiros do Pará, solicitando providências para a criação do serviço de tuberculização do rebanho leiteiro, encaminhe-se a Secretaria de Interior e Justiça, eis que houve equívoco na remessa a esta Secretaria de Estado.

Expediente de Maria Clemencia Chaves, readmissão. — Ao Departamento de Despesa, para pagamento da quantia correspondente ao exercício corrente.

Expediente de Altino Guimarães, solicitando providências — Encaminhe-se ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Saúde Pública, nos termos do despacho anterior.

Expediente da Assembléia Legislativa, encaminhando cópia de processo — Ao exame e parecer do D. R. e da Procuradoria Fiscal, sucessivamente.

Expediente de Nelson Lourenço Alves, solicitando devolução da importância de ..... Cr\$ 2.000,00 — Ao D. C., para informar.

Expediente da S. I. J., comunicando ter dirigido ofício, ao Asilo "D. Macedo Costa" — Ao

Departamento de Despesa e Contabilidade, para os devidos fins.

Expediente da Coletoria Estadual de Soure, remessa de documento — A Procuradoria Fiscal, para as providências de direito.

Expediente de Francisco José da Rocha e outros, solicitando providências no envio de ferramentas necessária ao desenvolvimento da Agricultura — Ao D. P., para dizer.

Expediente da Escola Normal "Antonio Lemos", solicitando pagamento de Cr\$ 45.000,00 — Ao D. C., com a autorização desta Secretaria para que o empenho seja daqui por diante elevado de dez mil cruzeiros, promovendo-se a oportuna suplementação da dotação. Com a elevação autorizada, a importância para as despesas de pronto pagamento deverá ser mensalmente de ..... Cr\$ 37.000,00.

Expediente de José Noronha da Mota, solicitando pagamento de percentagens — Ao Departamento de Contabilidade, para informar qual o saldo da dotação.

Expediente de D. Luiza Baena da Cunha, requerendo autorização de passagem — Ao Exmo. Sr. General Governador, com a informação do D. C., evidenciando a impossibilidade de atendimento.

Expediente do D. R. interessado José Serapião Pinheiro Filho — Ao Exmo. Sr. General Governador, com a solicitação do D. R., que esta Secretaria endossa, por, atender a conveniência do serviço público.

Raimundo Pinheiro do Nascimento, solicitando demissão — Ao Exmo. Sr. General Governador, com o parecer desta Secretaria pelo deferimento do pedido em conformidade com o ponto de vista do D. P.

Departamento de Receita, fazendo solicitação — Restitua-se ao D. R., com o esclarecimento de que esta Secretaria considera resolvido o assunto do presente expediente, em face do disposto na Portaria n. 97, de 9 do corrente.

Componentes da Orquestra Sinfônica Paraense, pagamento de vencimentos — Ao Exmo. Sr. General Governador, com o esclarecimento de que esta Secretaria já pagou ao maestro Nino Gaione importância superior aos compromissos que haviam sido inicialmente assumidos. Qualquer novo pagamento dependerá da autorização legislativa para a abertura de crédito especial.

Irapuan Sales, pagamento de percentagens — A Seção de Coletorias, através do D. R., para informar.

Presidente da Federação de Esportes Universitários, solicitando auxílio de Cr\$ 30.000,00 — Ao



Exmo. Sr. General Governador, com o esclarecimento do D. C., manifestando-se esta Secretaria pela concessão de um auxílio de cinco mil cruzeiros, dentro do saldo da dotação.

Sociedade de Missionários Extranjeros dos Irmãos da Igreja, solicitando isenção do imposto de transmissão de propriedade — Ao Exmo. Sr. General Governador, com o parecer da Procuradoria Fiscal, que esta Secretaria adota, no sentido do deferimento do pedido, que tem amparo no disposto na Lei n. 257, de 30/11/49.

Lourival de Jesus Sarmiento — Solicite-se ao D. D., a restituição do processo em referência anexando ao mesmo o presente expediente.

Coletoria Estadual de Ananindeua, informações sobre o pagamento de João dos Santos Sousa — Restitua-se ao Coletor de Ananindeua, com a determinação de suspensão do pagamento do ex-escrivão João dos Santos Sousa, o qual foi automaticamente afastado, em consequência do retorno do cargo do titular efetivo da escrevância.

Coletor de Prainha — Oficie-se ao Dr. Presidente do B. C. A.

Democrito Salgado, solicitando providências — Ao D. C., para informar qual do saldo do crédito extraordinário aberto pelo Decreto n. 1.157, de maio de 1953.

Orientadoras de Ensino Carlos da Costa Lima — Ao D. P.

Santa Rosa Esporte Clube, auxílio de Cr\$ 10.000,00 — A consideração do Exmo. Sr. General Governador, com a informação do D. C., manifestando-se esta Secretaria pela apreciação do pedido no último trimestre do exercício.

Itagiba Barçante — Ao Chefe de Expediente, para informar.

Byington & Cia., Silvestre Sales Barreto, Francisco Pessoa Picanço, José Alberto Soares Maia, Cia. Rádio Internacional do Brasil, Frei Hilário de Verano, Afonso Maria de Ligorio de Araujo Cavalcante, Francisco Ramos — Ao D. C., para os devidos fins.

Maria Lucila Lopes de Carvalho, Hermínio e Antonio Salvino, Mair Sampaio Fortuna — Ao D. D., para os devidos fins.

Escola Rural Antonio Lemos, pedido de consórtio no fogão — A direção do Orfanato Antonio Lemos, para atender a solicitação do D. C.

## DEPARTAMENTO DE DESPESA TESOURARIA

SALDO do dia 25 de junho de 953	1.568.452,10
Renda do dia 26 de junho de 953	442.099,20
<b>SOMA</b>	<b>2.010.551,30</b>
Pagamentos efetuados no dia 26/6/953	494.713,20
<b>SALDO para o dia 27/6/953</b>	<b>1.515.838,10</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO SALDO</b>	
Em dinheiro	841.755,00
Em documentos	674.083,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.515.838,10</b>

Belém (Pará), 26 de junho de 1953.

A. Nunes — Tesoureiro  
Visto: João Bentes, diretor do Departamento de Despesa

PAGAMENTOS  
Pagamento para o dia 27 de junho de 1953.

O Departamento de Despesa da Secretaria de Estado de Economia e Finanças pagará na data acima, das 8 às 11 horas da manhã, o seguinte:

Fornecedores:  
A. Ramos & Cia., Acilino Campos, A. B. Matos & Cia., Albino Flahio & Cia., Agência Martins, Companhia Nacional de Navegação Costeira, Costa Costa & Cia., Comércio Internacional, Cooperativa da Indústria Pecuária

do Pará Ltda., Companhia Rádio Internacional do Brasil, Casa Concordia, Companhia Industrial e Comercial de Produtos Alimentares, Companhia Editora Nacional, Departamento dos Correios e Telégrafos, D. Couto & Cia., D. F. Bastos & Cia. Ltda., Empresa "A Província do Pará", Estrada de Ferro de Bragança, Ernesto Leitão, Ferreira Gomes, Ferragistas S.A., Fábrica União, Indústria e Comércio S.A., H. Barra, Imprensa Oficial, Instituto Lauro Sodré, J. F. Retha & Cia., José de Souza Pedro (Ótica Moderna), Jornal "O Estado do Pará", Lima, Irmão & Cia., Linotipo do Brasil S.A., Luiz Lobato & Cia., Manoel Quirina da Silva, Magalhães Sucupira & Cia., do Rio de Janeiro, Nascimento & Cia., Nicolau da Costa & Cia. Ltda., Pará Telefone Cia. Ltda., Piqueira & Diniz, Pedro Paulo Estelho, Raimundo Saraiva de Freitas, Silva Santos & Cia., Serviço de Nave-

gação do Estado, The Western Telegraph Company Ltda. e Vieira & Martins.

Custeios:  
Presidência de São José.

Diversos:  
Luiz A. Feitosa, Dorival Belucio, Dr. Inacio Moura Filho, Dr. Canuto Figueiredo Brandão e I. P. A. S. E.

Despachos proferidos pelo Exmo. Sr. General Governador do Estado no expediente apresentado pela Secretaria de Educação e Cultura.

Em 23.6.953

Processos  
Ns. 1777, de Raimunda Pinheiro Souza; 1897, de Angela de Miranda Monteiro; 1903, de Iracema de Moraes Viégas e 1894, de Maria de Lourdes Fernandes — Deferidos.

—Ns. 1711, de Raimunda Pinheiro Brandão (nomeação); 1726, de Maria Gonçalves Potiguar e 1733, Lúcia Borges de Souza (nomeação) — Aprovo.

## EDITAIS

### ADMINISTRATIVOS

#### SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

##### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pelo Senhor Manoel Estevam da Cunha nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 14ª Comarca — Guamã — 36º termo, 36º Município — Quirém, e 100º Distrito, com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras está com a frente para a margem esquerda do Igarapé Caxinguiú, e no lugar também denominado "Caxinguiú", e limita-se por todos os lados, com terras devolutas do Estado, medindo 440 metros de frente por 3.000 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Ourém.

Serviço da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 6 de junho de 1953. — O Oficial ad., Classe O, João Motta de Oliveira. (T-5418—7, 17 e 27/6—Cr\$ 120,00)

##### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que Dolores de Anunciação Marques Gonçalves, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 14ª Comarca — Guamã, 33º termo, 33º Município — Guamã e 93º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Lote Cachoeira, situado à margem esquerda do Igarapé Cachoeira. Limita-se pela frente com a referida margem esquerda do Igarapé Cachoeira, pelo lado de cima, com terras de Manoel Bernardino, pelo lado de baixo, com terras de Lucas Ferreira, e pelos fundos com terras do Estado, medindo pouco mais ou menos 800 metros de frente, por 1.000 metros de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Guamã.

Serviço da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 29 de maio de 1953. — O Oficial ad., Classe O, João Motta de Oliveira. (T-5416—7, 17 e 27/6—Cr\$ 120,00)

##### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que Maria de Nazaré Gomes, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 21ª Comarca, 54º Termo, 54º Município — Santarém e 136º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Um lote de terras firmes, devolutas, com a denominação de "Luzitana", própria para a indústria agrícola, situada no Igarapésinho da terra firme de Ituqui. Limita-se pela frente ou nascente, com o referido Igarapésinho da Terra Firme de Ituqui; pelo lado direito ou norte, com o lago da Terra Firme, pelo lado esquerdo ou sul com terras ocupadas por Raimundo Silvino Chagas; fundos ou poente ainda com o referente ocupante Raimundo Silvino Chagas, cujo terreno tem a forma de um triângulo agudo.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Santarém.

Serviço da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 3 de junho de 1953. — O Oficial ad., Classe O, João Motta de Oliveira. (T-5417—7, 17 e 27/6—Cr\$ 120,00)

#### SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

##### Chamada de professor

Pelo presente edital fica notificada Dona Lindalva Gaspar Prestes, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância — Padrão B, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Macacos, no Município de Capanema, para dentro do prazo de vinte dias reassumir o exercício de suas funções no referido cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão, nos termos do art. 254 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941.

Eu, Maria de Lourdes Moreira, oficial administrativo — Padrão N, do Quadro Único, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia do Expediente da mesma,

autuei o presente edital, extraindo do mesmo cópia, para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL, em 2 de junho de 1953.

Visto — Belém, 2 de junho de 1953.

José Cavalcante Filho  
Respondendo pelo expediente da Secretaria de Estado de Educação e Cultura

(G—7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28/6 e 1/7/953)

##### O h a m a m e n t o

Pelo presente edital fica notificada Dona Maria Cristina de Carvalho Rossy, ocupante do cargo de professor de Grupo Escolar de Interior — Padrão E, do Quadro Único, com exercício no grupo escolar de Faro, para dentro do prazo de vinte dias reassumir o exercício de suas funções no referido cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão, nos termos do art. 254 do Dec-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941.

Eu, Maria de Lourdes Moreira, oficial administrativo — Padrão N, do Quadro Único, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expediente da mesma, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

Visto: — Belém, 8 de junho de 1953.

José Cavalcante Filho  
Respondendo pelo expediente da Secretaria de Estado de Educação e Cultura

(G—13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27 e 28/6; 1, 2, 3, e 4/7/953)

##### CHAMADA

Pelo presente edital fica notificada d. Ana Fernandes de Sousa, ocupante do cargo de professor de 1.ª entrância — padrão B, do Quadro Único, com exercício em escola de 1.ª entrância do Município do Capim, para dentro do prazo de vinte dias reassumir o exercício de suas funções no referido cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 254, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1951.

Eu, Maria de Lourdes Moreira, oficial administrativo — padrão N, do Quadro Único, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia de Expediente da mesma, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicado no Diário Oficial.

Visto — Belém, 13 de junho de 1953. — (a) José Cavalcante Filho — Resp. pelo Exp. da Secretaria. (G. — 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28/6; 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10/7/953).

#### COMISSÃO EXECUTIVA DE SOCORRO ÀS POPULAÇÕES ATINGIDAS PELA ENCHENTE DO RIO AMAZONAS E SEUS TRIBU- TÁRIOS

(Decreto 32.702, de 4 de maio de 1953)  
SETOR MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

O Setor Ministério de Educação e Saúde da Comissão Executiva de Socorro às Populações Atingidas pela Enchente do Rio Amazonas (CESPAERA) está necessitando de dez (10) enfermeiros para exercer atividades no Estado do Amazonas, durante a situação de emergência criada pela inundação.

Aos candidatos será paga a importância mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) e concedidas passagens de ida e volta para Manaus.

Os interessados podem procurar informações, diariamente, das 9 às 11 da manhã e das 3 às 5 da tarde, na Delegacia Federal de Saúde da 3.ª Região, à Avenida São Jerônimo n. 609, com o Representante da CESPAERA.

(G—Dias 20, 21, 23, 25, 26, 27 e 30/6)





ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diario da Justiça

DO ESTADO DO PARÁ

ANO XX

BELÉM — SÁBADO, 27 DE JUNHO DE 1953

NUM. 3.882

20.<sup>a</sup> Conferência ordinária da 2.<sup>a</sup> Câmara Criminal, realizada no dia 29 de maio de 1953, sob a presidência do Sr. Desembargador Augusto R. de Borborema.

Aos vinte e três dias do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presentes os Srs. Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente; Mauricio Pinto, Inácio Guilhon, Antonino Melo, Silvio Péllico, Sousa Moitta e o Dr. E. Sousa Filho, procurador geral do Estado, foi aberta a sessão às 9,30 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior deram início aos trabalhos pela ordem seguinte:

## DISTRIBUIÇÃO

Recurso ex-officio de habeas corpus

Cametá — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da Comarca, recorrido, Raimundo de Leão Ferreira — Ao Desembargador Inácio Guilhon.

## Apelação crime

Vigia — Apelante, Manoel dos Reis Pires Palheta; apelada, a Justiça Pública — Idem, idem.

Recurso ex-officio de habeas corpus

Capital — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da 5.<sup>a</sup> Vara; recorrido, Raimundo Ferreira da Silva — Ao Desembargador Silvio Péllico.

## Apelação crime

Souza — Apelante, a Justiça Pública; apelado, Manoel Ferreira dos Santos — Idem, idem.

Recurso ex-officio de habeas corpus

Cametá — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; recorrido, Manoel Moraes — Ao Desembargador Sousa Moitta.

## Apelação crime

Ararimã — Apelante, Felisbello Abreu Ribeiro; apelada, a Justiça Pública — Idem, idem.

## PASSAGEM

Recurso crime ex-officio Igarapé-açu — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; recorrido, Benedito Antônio dos Santos — O Desembargador Mauricio Pinto pediu julgamento.

## Apelação crime

Curuçá — Alcimar Campos de Sousa; apelada, a Justiça Pública — O Desembargador Inácio Guilhon pediu julgamento.

Capital — Apelante, Luciano Machado Pereira Seixas — O Desembargador Antonino Melo pediu julgamento.

Idem — Apelante, Raimundo Alves Coelho; apelado, Vicente Alves Feitosa — O Desembargador Silvio Péllico mandou dar vista ao Dr. Procurador Geral do Estado.

## Recurso crime

Santarém — Recorrente, Osmar Silva; recorrida, a Justiça

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Pública — O Desembargador Sousa Moitta pediu julgamento.

## Apelação crime

Monte Alegre — Apelante, a Justiça Pública; apelado, Raimundo Soares da Cunha — Do Desembargador Sousa Moitta ao Desembargador Mauricio Pinto.

## PARECERES

O Dr. Procurador Geral do Estado devolveu, com pareceres escritos, os seguintes feitos:

## Apelação crime

Capital — Apelantes, Pires Guerreiro & Cia; apelados, João Orlando de Barros e outros — Ao Desembargador Antonino Melo.

Idem — Apelante, a Justiça Militar do Estado; apelado, José Damasceno — Ao Desembargador Silvio Péllico.

## ACÓRDÃOS

Com os Acórdãos assinados, foram entregues, os seguintes feitos:

## Apelação crime

Capital — Apelante, João Paulo Sarmento da Cruz; apelada, a Justiça Pública — Pelo Desembargador Inácio Guilhon.

Santarém — Apelante, a Justiça Pública; apelado, Gerson Rebelo dos Santos — Pelo Desembargador Antonino Melo.

## JULGAMENTO

Recurso de habeas-corpus

Bragança — Recorrente, Manoel Jerônimo de Oliveira; recorrido, o Dr. Juiz de Direito da Comarca, Relator, Sr. Desembargador Mauricio Pinto — Deram provimento para conceder a liberdade provisória ao recorrente, contra o voto do Desembargador Antonino Melo e Sousa Moitta que davam o "habeas-corpus" mediante fiança.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 11 horas, mandando eu, Luís Faria, secretário, lavrar a presente ata que subscrevi. — Luís Faria.

20.<sup>a</sup> Conferência ordinária da 2.<sup>a</sup> Câmara Cível, realizada em 29 de maio de 1953, sob a presidência do Sr. Desembargador Augusto R. de Borborema.

Aos vinte e nove dias do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presentes os Srs. Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente; Mauricio Pinto, Inácio Guilhon, Antonino Melo, Silvio Péllico, Sousa Moitta, e o Dr. E. Sousa Filho, procurador geral do Estado, foi aberta a sessão às 11 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, deram início aos trabalhos pela ordem seguinte:

## DISTRIBUIÇÕES

### Recurso cível ex-officio

Gurupá — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; recorrido, Ofir Farah Sadala — Ao Desembargador Antonino Melo.

## PASSAGENS

### Agravo

Capital — Agravante, Oswaldo Cruz; agravada, a Prefeitura Municipal de Belém — O Desembargador Mauricio Pinto pediu julgamento.

## Apelação cível

Idem — Apelante, Rosa da Cunha Santos; apelada, a Prefeitura Municipal de Belém — Do Desembargador Mauricio Pinto ao Desembargador Inácio Guilhon.

Idem — Apelante, Frederico Rossas Novais pela Justiça Gratuita; apelada, Beatriz Gomes Torres — O Desembargador Mauricio Pinto mandou dar vista ao Dr. Procurador Geral do Estado.

## Agravo

Capital — Agravante, a Herança de Raimundo Afonso Filho e a Fazenda Pública do Estado; agravados, os mesmos — Do Desembargador Mauricio Pinto ao Desembargador Sousa Moitta para justificar o seu voto vencido.

## Apelação cível

Idem — Apelante, Anita Martins Maia da Silva; apelado, Manoel Carvalho — O Desembargador Silvio Péllico pediu julgamento.

## Idem, idem ex-officio

Idem — Apelante, o Dr. Juiz de Direito da 5.<sup>a</sup> Vara; apelados, Nestor Miranda Alves e Virgínia Cardoso Alves — O Desembargador Silvio Péllico mandou dar vista ao Dr. Procurador Geral do Estado.

## Apelação cível

Idem — Apelante, Vitor Rocha de Matos Cardoso; apelados, Joaquina José Tuma e filhos — O Desembargador Silvio Péllico julgando-se impedido devolveu os autos à Secretaria para os fins do direito.

## PARECER

O Dr. Procurador Geral do Estado, devolveu, com parecer escrito, o seguinte feito:

## Apelação cível

Capital — Apelante, Odolfo Ribeiro da Silva; apelada, Nélia Guimarães Ribeiro da Silva — Ao Desembargador Antonino Melo.

## ACÓRDÃOS

Com os Acórdãos assinados, foram entregues os seguintes feitos:

## Agravo

Marabá — Agravante, Nilo Abade; agravado, Pedro Marinho de Oliveira — Pelo Desembargador Silvio Péllico.

## Apelação cível ex-officio

Capital — Apelante, o Dr. Juiz

de Direito da 5.<sup>a</sup> Vara; apelados, José de Oliveira Bastos — Idem, idem.

Idem — Apelante, o Dr. Juiz de Direito da 5.<sup>a</sup> Vara; apelados, Albertino Vieira da Costa e Maria Adelaide Vieira da Costa — Idem, idem.

## JULGAMENTOS

### Recurso cível ex-officio

Obidos — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; recorridos, os Irmãos Rossy & Cia. Ltda. Relator, Sr. Desembargador Antonino Melo — Adiado.

Cametá — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da Comarca de Igarapé-miri; recorrida, a Prefeitura Municipal de Cametá. Relator, Sr. Desembargador Antonino Melo.

## Apelação cível ex-officio

Vizeu — Apelante, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; apelados, Benedito de Sousa Solano e Maria de Lourdes Soares Solano. Relator, Sr. Desembargador Silvio Péllico — Deram provimento para anular o processo ab initio, contra o voto do Desembargador Relator que confirmava a sentença apelada.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 12 horas, mandando eu, Luís Faria, secretário, lavrar a presente ata que subscrevi. — Luís Faria.

20.<sup>a</sup> Conferência ordinária da 1.<sup>a</sup> Câmara Criminal, realizada no dia 1.<sup>o</sup> de janeiro de 1953, sob a presidência do Sr. Desembargador Augusto R. de Borborema.

Ao primeiro dia do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presentes os Srs. Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente; Nogueira de Faria, Jorge Hurley, Arnaldo Lobo, Raul Braga, e o Dr. E. Sousa Filho, procurador geral do Estado, foi aberta a sessão às 9,30 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, deram início aos trabalhos, pela ordem seguinte:

## DISTRIBUIÇÃO

### Apelação crime

Capital — Apelante, The Texas Company South America Ltda.; apelados, Mário Lobato de Sousa e Antônia Sovano — Ao Desembargador Raul Braga.

## PARECER

O Dr. Procurador Geral do Estado devolveu, com parecer escrito o seguinte feito:

## Apelação crime

Capital — Apelante, a Justiça Militar, Tenente Coronel Manoel Mauricio Ferreira e outros; apelados, os mesmos — Ao Desembargador Curcino Silva.

## ACÓRDÃOS

Com os Acórdãos assinados



foram entregues os seguintes feitos:

#### Apelação crime

Curuçá — Apelante, Afonso Monteiro; apelada, a Justiça Pública — Pelo Desembargador Arnaldo Lobo.

Recurso ex-offício de habeas corpus

Capital — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da 8.ª Vara; recorrido, João Alves de Oliveira — Pelo Desembargador Raul Braga.

#### Apelação crime

Idem — Apelante, José Marques Maciel; apelada, a Justiça Pública — Idem, idem.

#### JULGAMENTO

Recurso ex-offício de habeas corpus

Capital — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da 8.ª Vara; recorrido, Wilson Pantoja, Relator, Sr. Desembargador Nogueira de Faria — Negaram provimento, unanimemente.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 11 horas, mandando eu, Luís Faria, secretário, lavrar a presente ata que subscrevi. — Luís Faria.

20.ª Conferência ordinária da 1.ª Câmara Cível, realizada em 1.º de junho de 1953, sob a presidência do Sr. Desembargador Augusto R. de Borborema.

Ao primeiro dia do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presentes os Srs. Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente; Nogueira de Faria, Jorge Hurley, Arnaldo Lobo, Raul Braga, e o Dr. E. Sousa Filho, procurador geral do Estado, foi aberta a sessão às 11 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, deram início aos trabalhos pela ordem seguinte:

#### PASSAGENS

Apelação cível ex-offício  
Capital — Apelante, o Dr. Juiz de Direito da 5.ª Vara; apdos., José Ferreira da Silva e Zenir Sousa da Silva — Do Desembargador Nogueira de Faria ao Desembargador Jorge Hurley.

#### Apelação cível

Idem — Apelante, Francisca do Céu Ribeiro de Sousa; apelada, Maria Gonçalves dos Santos — Do Desembargador Arnaldo Lobo ao Desembargador Raul Braga.

Igarapé-miri — Apelantes, Júlio Corrêa Lobato e sua mulher; apelado, Elpidio Antônio Corrêa e sua mulher — Do Desembargador Raul Braga ao Desembargador Curcino Silva.

Marabá — Apelante, a Prefeitura Municipal; apelado, Miguel Gomes da Silva — O Desembargador Raul Braga pediu julgamento.

#### Idem, idem ex-offício

Capital — Apelante, o Dr. Juiz de Direito da 5.ª Vara; apdos., Rosemário Pereira de Sena e Iracema da Silva Sena — O Desembargador Raul Braga devolveu os autos à Secretaria para os fins de direito.

#### JULGAMENTO

##### Apelação cível

Capital — Apelante, Maria Miguelina Marigliani Ventura; apelado, S. Carrera, Relator, Sr. Desembargador Nogueira de Faria — Desprezada unanimemente, a preliminar de ilegitimidade de partes; de mérito, negaram provimento à apelação para confirmar a sentença apelada, modificando porém, quanto do aluguel da renovação que fixaram em Cr\$ 2.400,00 votando com restrição nesta parte o Desembargador Arnaldo Lobo que mantinha o preço do primitivo contrato.

Os demais julgamentos foram adiados.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 12 horas, mandando eu, Luís Faria, secretário, lavrar a presente ata que subscrevi. — Luís Faria.

22.ª Conferência ordinária da 2.ª Câmara Criminal, realizada em 12 de junho de 1953, sob a presidência do Sr. Des. Augusto R. de Borborema.

Aos doze dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presentes os Srs. Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente; Maurício Pinto, Ignácio Guilhon, Antonino Melo, Elpidio Péllico, Sousa Moitta e o Dr. E. Sousa Filho, procurador geral do Estado, foi aberta a sessão às 9.30 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, deram início aos trabalhos pela ordem seguinte:

#### PASSAGENS

Apelação crime  
Capital — Apelantes, Pedro Andrade de Barros e José Bechara; apelada, a Justiça Pública — Do Desembargador Maurício Pinto ao Desembargador Ignácio Guilhon.

Idem — Vigia — Apelante, Manoel dos Reis Pires Palheta; apelada, a Justiça Pública — O Des. Ignácio Guilhon, mandou dar vista ao Dr. Procurador Geral do Estado.

Idem — Capital — Apelante, a Justiça Pública; apelado, José Damasceno — O Des. Sílvia Péllico pediu julgamento.

Idem — Idem — Apelante, Raimundo Alves Coelho; apelado, Vicente Alves Feitosa — Do Des. Sílvia Péllico ao Des. Sousa Moitta.

#### ACÓRDÃO

Com o Acórdão assinado, foi entregue, o seguinte feito:

#### Recurso crime ex-offício

Igarapé-açu — Reclamante, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; reclamado, Benedito Antônio dos Santos — Pelo Des. Sousa Moitta.

#### JULGAMENTOS

Apelação crime  
Curuçá — Apelante, Alcimar Campos de Sousa; apelada, a Justiça Pública, Relator, Sr. Des. Maurício Pinto — Deram, em parte, provimento para desclassificar o crime do § 2.º do art. 129, para a parte geral do mesmo artigo, condenar o apelante a cinco meses de detenção, unanimemente.

Idem — Capital — Apelante, a Justiça Pública; apelado, Luciano Machado Pereira Seixas, Relator, Sr. Des. Ignácio Guilhon — Negaram provimento para confirmar a sentença que absolheu o apelado, unanimemente.

#### Recurso Crime

Santarém — Reclamante, Osmar Silva; reclamada, a Justiça Pública, Relator, Des. Sílvia Péllico — Deram provimento ao recurso contra o voto dos Des. Antonino Melo e Sousa Moitta.

#### Apelação crime

Monte Alegre — Apelante, a Justiça Pública; apelado, Raimundo Soares da Cunha, Relator, Des. Sousa Moitta — Negaram provimento para confirmar a decisão recorrida.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 11 horas, mandando eu, Luís Faria, secretário, lavrar a presente ata, que subscrevi. — Luís Faria.

22.ª Conferência ordinária da 2.ª Câmara Cível, realizada em 12 de junho de 1953, sob a presidência do Sr. Des. Augusto R. de Borborema.

Aos doze dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presentes os Srs. Des. Augusto R. de Borborema, presidente; Maurício Pinto, Ignácio Guilhon, Antonino Melo, Sílvia Péllico, Sousa Moitta e o Dr. E. Sousa Filho, procurador geral do Estado, foi aberta a sessão às 11 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, deram início aos trabalhos, pela ordem seguinte:

#### PARECERES

Recurso cível ex-offício  
Cametá — Reclamante, o Dr. Juiz de Direito de Igarapé-miri; reclamados, a Prefeitura Municipal e a Sociedade Comercial Si-

queira e Moreira — Do Desembargador Antonino Melo ao Desembargador Sousa Moitta para motivar seu voto vencido.

#### Apelação cível ex-offício

Capital — Apelante, o Dr. Juiz de Direito da 5.ª Vara; apdos., Nertor Miranda Alves e Virgínia Cardoso Alves — Do Des. Sílvia Péllico ao Des. Sousa Moitta.

#### Apelação cível Igarapé-miri

Apelante, Florêncio Joaquim Pinheiro, pela Justiça Gratuita; apdos., José Roberto de Araújo e sua mulher — Do Des. Sousa Moitta ao Des. Maurício Pinto.

Idem — Santarém — Apelante, Francisco dos Santos Ribeiro; apelado, Raimundo de Andrade Figueira — O Des. Sousa Moitta devolveu os autos à Secretaria, para os fins de direito.

#### JULGAMENTOS

##### Agravo

Capital — Agravante, Osvaldo Cruz; agravada, a Prefeitura Municipal de Belém, Relator, Sr. Desembargador Maurício Pinto — Deram provimento para reformar o despacho agravado e conceder a segurança requerida, unanimemente.

Os demais julgamentos foram adiados.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 12 horas, mandando eu, Luís Faria, secretário, lavrar a presente ata, que subscrevi. — Luís Faria.

22.ª Conferência ordinária da 1.ª Câmara Criminal, realizada em 15 de junho de 1953, sob a presidência do Sr. Desembargador Augusto R. de Borborema.

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presentes os Srs. Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente; Curcino Silva, Nogueira de Faria, Jorge Hurley, Arnaldo Lobo, Raul Braga e o Dr. E. Sousa Filho, procurador geral do Estado, foi aberta a sessão às 9.30 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, deram início aos trabalhos, pela seguinte ordem:

#### DISTRIBUIÇÃO

Recurso ex-offício de habeas corpus

Monte Alegre — Reclamante, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; reclamado, Márcio Lemos Pimentel — Ao Des. Jorge Hurley.

Idem — Idem — Vizeu — Reclamante, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; reclamado, Manoel Lobo do Nascimento — Ao Des. Arnaldo Lobo.

Idem — Idem — Cametá — Reclamante, o Dr. Pretor de Mocajuba; reclamado, Francisco Alves Martins — Ao Des. Raul Braga.

#### Apelação crime

Capital — Apelante, Valdemar Gonçalves de Oliveira; apelada, a Justiça Pública — Idem, idem.

#### PASSAGENS

Apelação crime  
Vigia, Apte. Eloi da Conceição Barroso; apelada, a Justiça Pública — O Desembargador Arnaldo Lobo mandou dar vista ao Dr. Procurador Geral do Estado.

Idem — Capital — Apelante, The Texas Company Ltda; apdos., Mário Lobato de Sousa e Antônio Sovano — O Des. Raul Braga mandou dar vista ao Dr. Procurador Geral do Estado.

#### PARECERES

O Dr. Procurador Geral do Estado devolveu, com pareceres escritos, os seguintes feitos:

#### Recurso ex-offício de habeas corpus

Igarapé-açu — Reclamante, o Dr. Pretor de Nova Timboteua; Reclamado, Catarino Borges de Moraes — Ao Des. Jorge Hurley.

Idem — Cametá — Reclamante, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; reclamados, Luiz de Freitas Pantoja e outro — Idem, idem.

#### ACÓRDÃO

Com os acórdãos assinados, foram entregues os seguintes feitos:

#### Recurso ex-offício de habeas corpus

Capital — Reclamante, o Dr. Juiz de Direito da 8.ª Vara; reclamado, Antônio de Oliveira — Pelo Des. Curcino Silva.

Idem — Abaetetuba — Reclamante, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; reclamado, Jarbas Nery — Pelo Des. Arnaldo Lobo.

#### Apelação crime

Capital — Apelante, Cirilo Vithena da Costa; apelada, a Justiça Pública — Pelo Des. Raul Braga.

#### JULGAMENTOS

Apelação crime  
Capital — Apelante, Antônio Gomes; apelada, Antônio Maria de Araújo, Relator, Sr. Desembargador Curcino Silva — Preliminarmente não conheceram da apelação, unanimemente.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 11 horas, mandando eu, Luís Faria, secretário, lavrar a presente ata, que subscrevi. — Luís Faria.

22.ª Conferência ordinária da 1.ª Câmara Cível, realizada em 15 de junho de 1953, sob a presidência do Sr. Desembargador Augusto R. de Borborema.

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presente os Srs. Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente; Curcino Silva, Nogueira de Faria, Jorge Hurley, Arnaldo Lobo, Raul Braga e o Dr. E. Sousa Filho, procurador geral do Estado, foi aberta a sessão às 11 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior deram início aos trabalhos, pela ordem seguinte:

#### DISTRIBUIÇÃO

Apelação "cível" — OES  
Capital — Apte., o Dr. Juiz de Direito da 5.ª Vara; apdos., Vicente Portugal e Nancy de Sousa Portugal — Ao Des. Curcino Silva.

Idem — Apte., o Dr. Juiz de Direito da 5.ª Vara; apdos., José Pereira de Sousa e Lydia Magno de Araujo Sousa — Ao Des. Nogueira de Faria.

#### PASSAGENS

Apelação cível  
Igarapé-Miri — Aptes., Júlio Corrêa Lobato e sua mulher; apdos., Elpidio Antônio Corrêa e sua mulher — O Des. Curcino Silva pediu julgamento.

Idem, Capital — Apte., Alvina Fernandes de Oliveira, pela Assistência Judiciária; apdos., Raimundo Alves de Oliveira — Do Des. Curcino Silva ao Des. Nogueira de Faria.

Idem, Monte-Alegre — Apte., Manoel Lázaro Ribeiro; apdo., Salomão Abdon Mokadesi — Do Des. Arnaldo Lobo ao Des. Raul Braga.

Idem, Capital — Apte., Osmarina Cardoso Batista, pela Assistência Judiciária; apdo., Gilberto Marques Batista — Idem, idem.

Idem, Capital — Apte., Francisco do Céu Ribeiro de Sousa; apda., Maria Gonçalves dos Santos — O Des. Raul Braga, pediu julgamento.

Idem, Castanhal — Apte., Palmira da Silva Araújo; apda., Odeite Bandeira da Silva — Idem, idem.

#### ACÓRDÃO

Com os acórdãos assinados foram entregues os seguintes feitos:

#### Apelação cível

Marabá — Apte., a Prefeitura Municipal de Marabá; apdo., Miguel Gomes da Silva — Pelo Des. Arnaldo Lobo.

#### Embargos de Declaração

Capital — Embargante, Antônio Bararua Guerreiro; embargado, o Venerando Acórdão n. 21.586 — Pelo Des. Raul Braga.

#### JULGAMENTOS

Agravo  
Marabá — Apte., Florêncio Alves Cavalcante; apda., Maria Rodrigues Cavalcante, Relator, Sr. Desembargador Curcino Silva — Deram provimento ao agravo para que o Juiz processasse a ação regularmente, unanimemente.

Apelação cível "ex-offício"

Capital — Apte., o Dr. Juiz de Direito da 5.ª Vara; apdos., José Ferreira da Silva e Zenir Sousa da Silva, Relator, Sr. Desembargador Nogueira de Faria — Negaram provimento para confirmar



a decisão que homologou a desquite dos apelados, unanimemente. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 12 horas, mandando eu, Luis Faria, secretário, lavrar a presente ata que subscrevi. — Luis Faria.

#### JURISPRUDENCIA

##### ACÓRDÃO N. 16

Reclamação civil da Capital. Reclamante — Gabriel Oliveira Nascimento. Reclamado — O Tribunal de Justiça do Estado. Relator — O Exmo. Sr. Des. Presidente do Tribunal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de reclamação civil, desta Capital, em que é reclamante Gabriel Oliveira Nascimento e reclamado este Tribunal de Justiça, etc.

Acordam os Juizes do Tribunal Pleno, por unanimidade de votos, indeferir a presente reclamação, contra decisão deste Tribunal, que mandara devolver a Raimundo Antônio dos Santos o prazo legal para apelar da decisão, que julgou procedente uma ação de despejo em que é réu — por isso que as alegações do ora reclamante devem ser apreciadas no julgamento da referida apelação.

Mas, considerando as graves acusações que o reclamante faz ao Dr. Assistente Judiciário que subscreveu a reclamação, que deu ensejo a decisão contra a qual ora reclama — Gabriel Oliveira Nascimento — manda que sejam os presentes autos remetidos ao Dr. Procurador Geral para que promova a responsabilidade criminal de quem for encontrado em culpa.

Belém, 17 de junho de 1953. (aa) Augusto R. de Borborema, presidente e relator — Nogueira de Faria — Arnaldo Lobo — Antonino Melo — Silvio Péllico — Sousa Moita. Foi presente — E. Sousa Filho.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Belém, 23 de junho de 1953. — Luis Faria, secretário.

##### ACÓRDÃO N. 21.633

#### Apelação crime de Curuçá

Apelante — Alcimar Campos de Sousa.

Apelada — A Justiça Pública. Relator — Des. Mauricio Pinto.

Vistos, examinados e discutidos estes autos de apelação crime oriundos da Comarca de Curuçá, em que é apelante, Alcimar Campos de Sousa, e apelada a Justiça Pública, etc.

I — O representante do Ministério Público na Comarca de Curuçá denunciou de Alcimar Campos de Sousa, paraense, casado, lavrador de 29 anos de idade, alfabetizado, residente no lugar Cumeré, daquele Município e comarca, por ter, na madrugada de 24 de agosto, isto é, de 23 para 24 de agosto do ano passado, por ocasião de uma festa dançante ao som do "Carimbó", que se realizava na casa de João de Sousa Rodrigues, lançado mão de um pau, vibrado duas pauladas na pessoa de Manoel Batista Lobo, atingindo-lhe as costelas do lado esquerdo e o ombro direito (fls. 36 e seu verso), que produziram no mesmo duas contusões, descritas no auto de exame de corpo de delito de fls. 7 e 8. O aludido representante da Justiça Pública alegou que o réu incorreu nas penas do artigo 129, § 2.º n.º III do Código Penal Brasileiro, e assim pediu a sua condenação.

Recebida a denúncia, foi o réu processado regularmente, e julgado, tendo o digno Dr. Juiz a quo desclassificado o crime para o artigo 129, § 1.º alínea I do Código Penal em vigor, condenando-o ao cumprimento da pena de um (1) ano de reclusão, ao pagamento de selos penitenciários no valor de 50 cruzeiros, e 100 cruzeiros como honorários do defensor dativo, e designou a cadeia pública local para o cumprimento da referida pena. Preso o réu, apelou dessa decisão para esta instância, onde foi ouvido

o Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado, que opinou pela confirmação da sentença apelada.

E o relatório.

II — Ficou patente dos autos, ter o réu algo alcoolizado, se envolvido na discussão e luta que no dia, hora e local, estavam sendo travadas por Antônio Barata e Etelvino de tal, resultando ter sido o réu esbofetado não só pelos dois indicados como por outros mais, em número superior a seis, inclusive a vítima, que exibiram armas brancas impedindo com isso, que mais alguém, deles se aproximasse. A mulher Edwiges de Lima Sousa, casado com o réu no católico, procurou tirar o seu marido do alcance dos seus esbofetadores, recebendo nessa ocasião, uma bofetada da vítima Manoel Batista Lobo, quando já na varanda da casa, e tinha conseguido livrar o seu marido das garras dos brigões, e foi nessa ocasião, que o dito réu, lançado mão de um pau, aplicou duas pancadas na referida vítima. A mulher do réu, conseguiu retirá-lo da festa e em caminho de sua casa, ainda foram, mulher e marido perseguidos pelos ditos agressores, alguns deles atrolados como testemunhas pela Promotoria e que depuseram contra o réu, tanto no inquérito policial como na formação da culpa.

Com efeito, a prova testemunhal resultou desfavorável do réu, mas, levasse levar em conta, quem foram essas testemunhas, interessadas na punição do réu. Vemos, Alcindo de Campos Raiol: declarou que recebeu uma cabeçada do réu, quase o derrubando. Não refere à briga de Antônio Barata e Etelvino, mas diz que "viu" quando o réu afastou-se do declarante, rodou por traz da casa, munuiu-se de um cacete e bateu com o mesmo na vítima Manoel Batista Lobo.

Francisca de Sousa Raiol, parenta de Alcindo. Os seus depoimentos coincidem. Assitiu à cabeçada e o rodeio por fora da casa, e "viu" o réu, na cozinha, lançar mão de um cacete e vibrar o mesmo na vítima. Não viu o réu apanhar de outras pessoas...

Damião do Nascimento Rodrigues, testemunha por "ouvir dizer". Só viu o réu dar duas cabeçadas na vítima e impediu que desse a terceira... O réu endoilecera, certamente... para, sem motivo algum, lançar mão de um cacete e escolher a Manoel Batista para sua vítima. Na Polícia, essa testemunha declarou que sabe apenas que quando Manoel Batista estava caído no chão, que Alcimar vibrou uma cabeçada, o declarante meteu os braços em frente ao cacete, e defendeu dessa paulada. Quando essa testemunha fala a verdade? Na Polícia ou no sumário de culpa?

O digno Dr. Juiz a quo, deu valor a essa testemunha, duas parentas e a outra que só viu quando o réu ia vibrar a paulada e que foi por ela impedido, isto é, não viu o réu dar qualquer pancada na vítima. E desprezou as declarações da informante, por lhe parecer suspeita, pois, é casada com o réu no católico. Data venia, discordamos do ponto de vista do ilustre magistrado. Quem conhece o interior do Estado, não deixaria de dar crédito às declarações da informante Edwiges de Lima Sousa, Fácil é, qualquer discussão sob os fortes vapores de alcool, degenerar em luta generalizando-se o conflito entre os que estão tomando parte na festa. Não resultou totalmente falha a prova testemunhal, porque, não só a informante faz referência às pauladas vibradas pelo réu na vítima, como porque o próprio réu, tanto na Polícia como perante o Dr. Juiz sumariamente, confessou ter batido na vítima, embora declarando que o fez em legítima defesa. Esta figura jurídica-penal, não ficou caracterizada. O réu foi intervir naquilo que não lhe competia. Que deixasse Antônio Barata e Etelvino de tal se degladiarem. Estava ele livre de pilherias e mesmo de agressão de terceiros, para revidar com

cabeçadas. Quem provoca, ou dá lugar a uma agressão, não pode se acobertar com a excusativa da legítima defesa.

Teria muita graça um indivíduo pizar nos pés doloridos de alguém e este revidando com uma bofetada, ser morto pelo esbofetado, e este vir alegar que malou em legítima defesa!!!

Portanto, o réu é responsável pelas contusões que a vítima sofreu, em consequência das pancadas que vibrou na mesma, com o cacete, pau, ou "mão de pilão", instrumento contuente que encontrou na varanda ou cozinha da casa da festa.

III — Tanto a Promotoria Pública, como o digno Dr. Juiz de Direito de Curuçá, usaram de muito rigor, quando a primeira classificou o crime no art. 129, § 2.º item III e o segundo desclassificou, mas, para o § 1.º, inciso I do art. 129, tudo do Código Penal da República.

A primeira não devia ter oferecido a denúncia baseada nos referidos artigo, parágrafo e alínea, por falta de amparo legal. A base para a classificação do crime é o exame de corpo de delito, direto, ou indireto. No caso dos autos, embora claudicante e confuso, houve o corpo de delito. E das respostas aos quesitos formulados, nem um dava margem a que houvesse a suposição de a vítima vir a sofrer a "perda ou inutilização de membro, sentido ou função".

Dos nove quesitos, apenas o primeiro (se há ferimento ou ofensa à integridade corporal ou saúde?) foi respondido afirmativamente. Do 4.º ao 9.º, as respostas foram negativas. Os 3.º e 4.º tratam dos meios empregados para a consumação do crime. Assim foram formulados os 8.º e 9.º quesitos (fls. 7 e 8):

3.º) Se resultou ou pode resultar enfermidade incurável ou incapacidade permanente, que prive para sempre o ofendido de exercer o seu trabalho? Resposta: não.

9.º) Se produziu incômodo de saúde que incapacite o ofendido para suas ocupações habituais por mais de trinta dias? Resposta: não.

Logo, a denúncia só poderia ter sido apresentada, como tendo o réu incorrido nas penas do art. 129, parte geral do Cód. Penal. Há mais a circunstância de ter sido o exame de corpo de delito efetuado a 25 de agosto de 1952 e a denúncia oferecida a 14 de novembro do mesmo ano. Mais de trinta dias depois. Ora, o exame de sanidade, ou complementar deveria ter sido efetuado trinta dias depois desse exame, ou seja, a 25 de setembro de 1952. Deveria ter sido feito, ainda pelo Delegado de Polícia. Tal não aconteceu, e portanto, negligência a Polícia, com prejuízo para a Justiça Pública. Há já jurisprudência no sentido de considerar inepta a denúncia que não estiver de acordo com o apurado no inquérito policial. E a de fls. 2, se desviou até do Relatório do Delegado de Polícia, que deu o réu como incurso nas penas do art. 129, § 2.º, alínea II (enfermidade incurável). Onde o Delegado encontrou elementos para assim "classificar" o crime?

O digno Dr. Juiz a quo, determinou fosse procedido o exame complementar (fls. 37, verso), o que foi feito (fls. 39). Baseiou-se o magistrado, no art. 168 do Código de Processo Penal da República. Reconhecemos a boa intenção de S. Excia. Mas tal exame não mais poderia ter sido feito ex vi dos §§ 1.º e 2.º do referido art. 168 citado. Diz o § 1.º: "No exame complementar, os peritos terão presente o auto de corpo de delito, a fim de suprir-lhe a deficiência ou retificá-lo, § 2.º. Se o exame tiver por fim precisar a classificação do delito no art. 129, § 1.º n.º I, do Código Penal, deverá ser feito logo que decorra o prazo de 30 dias contados da data do crime". Vê-se que tendo sido o crime a 23 de agosto, esse exame não poderia

ter sido feito a 18 de dezembro. E como consequência, ficou de pé, embora falho, o exame de corpo de delito de fls. 7, que autorizava a classificação do crime, no art. 129 parte geral do Cód. Penal vigente. Há ainda a circunstância de ser o acusado réu primário e ser "regular o seu comportamento anterior", como reconhece o digno Dr. Juiz a quo, o que autorizava ser o digno Dr. Juiz menos rigoroso na classificação do delito e aplicação da pena.

IV — Pelo exposto e pelo que existe nos autos:

Acordam os Juizes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade de votos, dar em parte provimento à apelação, para reformar a sentença apelada e desclassificar o crime pelo que foi o réu, condenado, do art. 129, § 1.º, incisos I, para o art. 129, parte geral, tudo do Código Penal da República, e condená-lo ao cumprimento da pena de cinco meses de detenção, nas custas e dez cruzeiros em selos penitenciários arbitrando a fiança em duzentos cruzeiros.

Belém, 12 de junho de 1953. (aa) Augusto R. de Borborema, presidente — Mauricio Pinto, relator — Antonino Melo — Silvio Péllico — Sousa Moita. Foi presente, E. Sousa Filho. Foi voto vencedor o do Exmo. Sr. Des. Ignácio Guilhon.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 22 de junho de 1953. — Luiz Faria, secretário.

##### ACÓRDÃO N. 21.634

#### Recurso civil ex-offício de Cametá

Recorrente — O Dr. Juiz de Direito da Comarca de Igarapé-miri.

Recorridos — A Prefeitura Municipal de Cametá e Siqueira & Moreira.

Relator — Desembargador Antonino Melo.

I — A inconstitucionalidade do imposto de indústria e profissão, na sua parte variável, não afeta a parte fixa do mesmo imposto, cujas constitucionalidade e legitimidade são incontesteáveis.

II — Não inquina de nulidade a ação executiva fiscal municipal o patrocínio de advogado não promotor na Comarca, pois o mandato a este imposto pela lei não tem caráter de exclusividade.

III — Não há confundir o imposto de indústria e profissão com o de vendas e consignações, para que se possa admitir naquela um pretensão híbrido, por isso que são de natureza diversa, incidindo aquele sobre uma faculdade potencial e este sobre a realização de determinadas operações, que são as vendas e consignações, propriamente ditas.

IV — É legítima a cumulação, em processo, de várias dívidas fiscais de um só devedor, conexas ou consequentes, consoante o disposto no art. 5.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1938.

V — As dívidas ativas da União, dos Estados e dos Municípios prescrevem em trinta anos, ex vi do disposto no art. 179 do Código Civil.

Vistos, relatados e discutidos os fundamentos aduzidos pelas partes litigantes e os constantes da sentença proferida nos presentes autos de recurso civil ex-offício, interposto pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca de Igarapé-miri em substituição eventual do Dr. Juiz de Direito da Comarca de Cametá, sendo recorridas a Prefeitura Municipal de



Cametá e a sociedade comercial Siqueira & Moreira.

Verifica-se que a aludida Prefeitura propôs, contra a referida sociedade comercial, estabelecida no lugar denominado Tentem, distrito de Juaba da Comarca de Cametá, uma ação executiva fiscal, para cobrança da quantia de dezoito mil novecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 18.960,00), juros da mora e despesas judiciais, alegando achar-se a Ré em débito para o Município, relativamente ao imposto de indústria e profissão, parte fixa, taxas de aferição de pesos e medidas, multas e licenças diversas, não pagas nos exercícios financeiros de 1946 a 1953, inclusive, documentando o pedido com a certidão da dívida, extraída do competente registro. Expedido o mandado executivo, procederam os oficiais de justiça a um sequestro, não autorizado pela mencionada ordem judicial, seguindo-se a citação da devedora, na pessoa de seu representante, a penhora e a intimação desta à Ré Executada. Sem que esta oferecesse embargos, contestou a causa, pessoalmente, seu representante Cândido Valente de Siqueira, por seu advogado, exibindo, documentos e alegando, preliminarmente, a nulidade da ação, por ilegitimidade do patrono da A. Exequente, o qual, não sendo promotor na Comarca em que corria o processo, não preenchia a condição estatuída no art. 271, inciso XIV do Decreto-lei do Estado — n. 4.739, de 2 de janeiro de 1948, e, de meritis, ser improcedente a ação, por estar fundada na lei municipal n. 6, de 2 de abril de 1948, que modificou o tributo de indústria e profissão, já criado por disposição constitucional estadual anterior, por isso que, não obstante a cobrança abranger apenas a parte fixa do aludido imposto, é este, em tudo, semelhante ao imposto de vendas e consignações ou ao de exportação, ambos da competência exclusiva do Estado, sendo que o último, viado do caráter de intermunicipal, é inconstitucional, pelo aludido motivo e por infringir o disposto no art. 141, § 34 da Constituição Federal. Ainda impugnou o representante da R. Executada o pedido de honorários de advogado, alegando ser incabível a respectiva cobrança, no caso dos autos, e sujeitando tal pedido a condenação da A. Exequente ao pagamento das custas em duplo e concluiu pela alegação da iliquidez e incerteza da dívida em execução, pleiteando a declaração da nulidade da ação e absolvição da instância com as cominações legais. Como é claro do exposto, a contestação que substituiu os embargos, forma legal da defesa, nos processos executivos fiscais, versa tumultuariamente a discussão do pedido, em cujo processo ocorreram outras irregularidades, entre as quais o sequestro precedentemente referido e o equívoco dos oficiais de justiça, ao se referirem ao valor da dívida em cobrança, nenhuma das quais, todavia, conspira contra a validade da causa, dada a ampla defesa que de seus direitos e interesses foi facultada à R. Executada e reconhecendo-se que o pedido e sua impugnação se acham a saciedade esclarecidos. Com a mudança do patrono da A. Exequente, ainda que sob a forma irregular de uma exceção, foi alegada a incompetência do Dr. Pretor, para conhecer da ação, o qual ex-vi do disposto no art. 58, segunda parte, do precitado decreto-lei, fez remeter os autos ao Dr. Juiz de Direito da Comarca mais próxima (Igarapé-miri), em vista do impedimento, por efeito de licença, do titular vitalício da Justiça de Cametá. Recebendo os autos, determinou o Dr. Juiz de Direito da Comarca de Igarapé-miri que a parte exequente impugnasse, querendo, o alegado pela parte contrária e, apresentada a impugnação, proferiu o julgador despacho saneador, desprezando a pre-

liminar de nulidade arguida e mandando que o escrivão designasse dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, após a qual, em dia previamente designado, exarou a sentença final, declarando inconstitucional a disposição legal em que se acha estabelecido o imposto de indústria e profissão, por não ser possível considerá-la válida no tocante à parte fixa, a que a mesma se refere, diante da inconstitucionalidade da parte variável, desde que, infringida a disposição constitucional, fulminado ficou o respectivo texto, mesmo porque o aludido imposto não passa de um disfarce do imposto de vendas e consignações, de sorte que, ainda que baseada a execução apenas na parte fixa do citado imposto, já pelo hibridismo deste, já pela circunstância alegada em memorial da R. Executada anexado aos autos, da prescrição da dívida exequenda, relativamente às taxas de valor inferior a cem cruzeiros (Cr\$ 100,00), consoante o dispositivo no art. 178, § 7.º, inciso II do Código Civil, concluiu o Dr. Juiz sua sentença julgando improcedente a causa, pela insubsistência da penhora, condenando a A. Exequente ao pagamento das custas e recorrendo, de ofício, para a superior instância, onde, processado o recurso, recebeu o parecer do Sr. Procurador Geral do Estado, que opinou no sentido de ser a matéria da inconstitucionalidade submetida à apreciação do Tribunal Pleno. Tal o relatório.

#### JULGAMENTO

A questão da inconstitucionalidade do imposto de indústria e profissão, assim na sua parte fixa, como na variável, sob o argumento da inseparabilidade de ambas, segundo a preliminar levantada pelo Dr. Juiz recorrente, na presente ação e em outras que a precederam, já está resolvida em julgamentos anteriores do Tribunal de Justiça, em sessões plenárias das duas Câmaras reunidas. Por maioria dos seus juizes, de acordo com a jurisprudência da Suprema Instância, foi reconhecida e declarada a constitucionalidade da disposição legal que estabeleceu a parte fixa do mencionado tributo, a qual subsiste válida e exequível, não obstante a inconstitucionalidade da disposição concernente à parte variável. Não há, portanto, reanimar uma preliminar já morta, baseada em fundamentos insustentáveis.

É igualmente insubsistente a da nulidade do feito, pelo fundamento da ilegitimidade do patrono da A. Exequente, aliás já desprezada pelo Dr. Juiz recorrente, por isso que também já sobre ela se pronunciou o Tribunal, reconhecendo que o mandado legal de que se acham investidos os promotores públicos, para a defesa dos direitos da Fazenda da União, do Estado e do Município, não exclui a constituição de outros patronos, legalmente habilitados para o exercício da advocacia.

O imposto de indústria e profissão constitucionalmente subsistente, qual o fundado na parte fixa, excluída a variável, nada tem de comum com o de vendas e consignações, para que se possa admitir o suposto hibridismo que nele encontrou o Dr. Juiz recorrente, evidente como é que aquele recai sobre uma faculdade potencial, qual a atividade geral do industrial ou profissional; enquanto este incide sobre as operações realizadas das vendas e consignações. Naquele, o fato gerado do imposto é o desempenho em potência de uma função não delimitada; neste é uma relação jurídica operada entre duas partes. Não se arrima, pois, a sentença recorrida em argumento plausível ao combater a cobrança em apreço, sob a visão de um imposto híbrido que não existe.

A circunstância de estarem acumuladas num só processo executivo dívidas fiscais de vários exercícios, concernentes a impôs-

tos e taxas diversos, não afeta a validade e procedência da ação, ex-vi do disposto no art. 5.º do Decreto-lei n. 980 — de 17 de dezembro de 1938:

“As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou consequentes, serão acumuladas em um só pedido, glosadas as custas de qualquer procedimento que tenha indevidamente ajuizado”.

Não procede a impugnação da certeza e liquidez da dívida exequenda, sob a pretensa prescrição biennial da parte tocante às taxas de quantia inferior a cem cruzeiros. A disposição do § 7.º, inciso II do art. 178 do Código Civil não é aplicável às dívidas fiscais, privilegiadas para todos os efeitos, do que é prova o processo especial que rege a respectiva cobrança. Se as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios prescrevem em cinco anos (art. 178, § 10, inciso VI do precitado Código), como admitir prescrição de menor lapso de tempo para as suas dívidas ativas?

Ademais, se provada houvesse ficado que parte da dívida exequenda provinha de taxas de valor inferior a cem cruzeiros, cumpria ao Dr. Juiz da execução, ao admitir a prescrição biennial, converter o julgamento em diligência, para fazer excluir da cobrança a parte incursa em prescrição, ex-vi do disposto no parágrafo único do precitado art. 5.º do invocado diploma legal:

“As contas, certidões e documentos, embora ajuizados, poderão sempre ser emendados ou substituídos por outros que forem para esse fim enviados pela repartição competente”.

A sentença recorrida, pois, acolhendo e sancionando os argumentos com que a parte executada impugnou a dívida exequenda, especiosos uns e desprezíveis outros, todos, porém, analiticamente insustentáveis, não pode ser confirmada.

Há, no feito, como precedentemente ficou notado, irregularidades várias, mas nenhuma delas importa em nulidade processual, nem há razão jurídica que justifique a admissão da conclusão a que chegou a sentença recorrida. Assim exposto,

Acordam, em conferência da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por maioria de

votos, prover o recurso ex-offício interposto para, reformando a sentença recorrida, declarar subsistentes a ação e penhora nela efetuada, para os ulteriores efeitos legais, e condenar a R. Executada e Recorrida, Siqueira & Moreira, ao pagamento da dívida ajuizada, dos juros da mora e das custas.

Belém, 5 de junho de 1953.  
(aa) Augusto R. de Barborema, presidente — Antonino Melo, relator — Sílvio Péllico — Sousa Moita, vencido, nos termos dos Acórdãos n. 21.570, 21.571, de 24 de abril do ano corrente da Egrégia 2.ª Câmara e 21.603, de 18 de maio findo da Egrégia 1.ª Câmara deste Colendo Tribunal que decidiram que em executivo fiscal a certidão da inscrição da dívida concernente a mais de um exercício, não deve ser global, mas discriminativa, especificando os impostos e taxas pelos exercícios financeiros.

Quanto à prescrição, por discordar, data vênica, da tese defendida no V. Acórdão, segundo a qual as dívidas ativas da União, dos Estados e dos Municípios prescrevem em 30 anos. A matéria ventilada no V. Acórdão, vem desde há muito sendo objeto de controvérsia em nosso D. Civil. Clovis Bevilacqua opinava pela imprescritibilidade das dívidas ativas do Fisco; outros, como Carpenter (Man. do C. Civil, vol. IV, n. 366) e Câmara Leal (Da Presc. e Decadência n. 226 e 227), defendem a teoria de que tais dívidas prescrevem apenas em 30 anos; outros ainda, como M. Oliveira em Rev. dos Trib., vol. 106, pág. 333) e Castro Magalhães (Rev. For., vol. 47, pág. 48), sustentam que a matéria refoge ao D. Civil ou Privado para se enquadrar nas leis administrativas ou regras do D. Público. Por outro lado, em nossos Tribunais farta messe de arestos vem estabelecendo o princípio de serem aplicáveis às ações de cobranças de impostos, tanto o preceito do art. 178, n. 6 do § 10 do Cód. Civil, como do § 7.º, n. 2 do mesmo Cód., referente à prescrição das dívidas das pessoas jurídicas de D. Público interno e das dívidas inferiores a 100 cruzeiros. Por todos esses motivos é que dissenti, data vênica, do V. Acórdão que assino vencido.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 23 de junho de 1953. — Luiz Faria, secretário.

## FORUM DA COMARCA DE BELÉM

### EXPEDIENTES DE 22, 23 E 24 DE JUNHO DE 1953

Juiz de Direito da 1.ª Vara, ac. pelo titular da 2.ª

Juiz — Dr. JOÃO BENTO DE SOUZA

Inventário de Ernesto Coelho da Rocha — Digam os interessados.

—No requerimento do Dr. Lásance Cunha — Mandou juntar.

—Inventário de José Pereira Barcelos — Digam os interessados.

—Execução de sentença: A. Dolores Perez Godoi; RR., Veloso & Cia. — A Superior Instância.

Juiz de Direito da 3.ª Vara, ac. pelo titular da 6.ª

Juiz — Dr. MILTON LEÃO DE MELO

Inventário de Rafael S. Marques — Mandou informar.

—No requerimento de Júlia da Cunha Pinto — Nomeou-a inventariante.

—Idem, de Maria de Lourdes Gaspar — Mandou citar.

—Despejo: A. Ester Silva Rosado de Magalhães; R., Osvaldo Viana — A conta.

—No requerimento de Antônio Elias Assad Asberg — Conclusos.

—Idem, de A. R. Azevedo — Conclusos.

—Reintegração de posse: A. Maria de Gusmão Soares; R., Al-

tina M. Costa e seu marido—Mandou citar.

—Inventário de Francisco Santana Ferreira da Rocha — Ao Sr. Contador.

Juiz de Direito da 4.ª Vara, ac. pelo titular da 5.ª

Juiz—Dr. ALVARO PANTOJA

Despejo: A. Custódia Lopes Ferreira Macêdo; R., Agripino Rodrigues — Marcou o dia 24 do corrente, às 9 horas, para a pericia.

—No requerimento de Nazaré Hage de Oliveira — Vista à parte contrária.

—Arrolamento de Geminiano José Santana — A partilha.

—No requerimento de Natercia Marques Valente Palhas — Mandou notificar.

Juiz de Direito da 5.ª Vara

Juiz — Dr. ALVARO PANTOJA

Casamento de Raimundo Nonato Trindade Filho e Iracema Alves Figueiredo — Julgou-os habilitados.

—Idem, de Salim Sales e Maria Júlia Tavares — Idêntico despacho.

—Idem, de Raimundo Medeiros e Benedita Pereira da Silva — Idêntico despacho.

—Idem, de Flávio da Conceição Siqueira e Osvaldina Alves do Amaral — Mandou prosseguir.

—Idem, de Manoel Everaldo



da Silva e Rute Bastos Fernandes — Idêntico despacho.

— Ação de desquite: A., Ze-naide Figueiredo de Lima Araújo; R., Benjamin Batista de Araújo — Diga o Dr. C. Geral.

— Carta de ordem vinda de Ananindeua — Mandou juntar.

— Idem — Idêntico despacho.

— Inventário inter-vivos: Re-querente, Maria Nazaré Azevedo Lima — Em declarações finais.

— Alimentos: S., Ninfa Conti Felizola; R., Nicolau Felizola — Deferiu o pedido feito.

— Idem, A., Maria Luiza dos Santos Conceição; R., Emiliano Conceição — Mandou o dia 13 de julho, às 10 horas, para audiência de instrução e julgamento.

— Idem — A., Virgínia Rodrigues Branco; R., Domingos Rodrigues Branco — Idem, dia 29 de julho p., às 10 horas.

— No requerimento de Esme-ralda Gonçalves da Silva — Con-clusos.

— Desquite amigável: Reque-rantes, Pedro Paulo Gonçalves e Silva e Ana de Paiva e Silva — Mandou seja cumprido o Veneran-do Acórdão.

— Casamento de José Bastos Mourão e Coleta Vitorina da Sil-va — Mandou prosseguir.

— Desquite litigioso: A., Rosa Vieira da Silva; R., Raimunda Sim-plicio da Silva — Mandou citar, por edital.

— No requerimento de José Alvine Duarte — Deferido.

— Idem, de Raimundo Lima Cruz — Idêntico despacho.

— Idem, de Vivaldo Sandoval de Lima — Idêntico despacho.

— Idem, de Júlia Santos Oli-veira — Conclusos.

— Inventário negativo: Reque-rente, Manoel Ludgero Souza — Vista ao Dr. Proc. Fiscal.

— Desquite litigioso: A., Agos-tinho de Oliveira Viegas; R., Ana da Silva Viegas. — Vista ao Dr. C. Geral.

— Juízo de Direito da 6.ª Vara Juiz — Dr. MILTON LEÃO DE Melo

— No requerimento de Nazaré An-tunes — Deferido.

— Retificações: Requerente, Raimunda Santos do Nascimento — Deferiu.

— Idem, por Dona Noemia Ca-valcante de Sousa — Mandou ofi-ciar.

— Idem, por Clemente Matias Dias, Orlando Toscano Alves de Almeida, Ernani José Machado, Oscar Batista dos Santos, Laura Chaves de Castro e Osvaldo Dias — Deferiu.

— Executivo fiscal movido pe-la Fazenda Pública contra a Cia. Atlantica de Madeiras — Marcou o prazo de 5 dias, para apresenta-ção de documento.

— Indenização: A., João Ben-jamin; R., Valdemar de Souza An-jos — Mandou citar.

— Inventário de Crispim Pais de Rezende — A cartório.

— No requerimento de Idalina Pimenta Bueno Pinto — Diga o M. Público.

— Idem, de Henrique Amoêdo da Costa Filho — Idêntico despa-cho.

— Notificação: Requerente, Perfumaria Minerva do Vê-o-Peso — Notificada, Maria Pereira Dias — Mandou notificar.

— No requerimento de Guio-mar Quirina Gonçalves Moreira — Conclusos.

— Embargos de terceiro: Em-bargante, A. Monteiro da Silva & Cia.; R., Maria Cândida Pereira e Prefeitura de Belém — Designou o dia 8 de julho, às 10 horas, para a audiência de instrução e jul-gamento.

— Juízo de Direito da 7.ª Vara Juiz — Dr. JACQUES FREIRE GOU-VEIA DE ANDRADE

— Impugnação de crédito: Impe-trante, o síndico da Massa Fa-lida de Silva Toledo & Cia.; im-pugnado, o crédito da firma far-macêutica Endonímica S. A. — Mandou notificar o declarante.

— Idem da firma Boelzer S. A. — Idêntico despacho.

— Despejo: A., Gabriel de Oli-veira Nascimento; RR., Raimundo Antônio dos Santos e outros —

Mandou aguardar em cartório o preceidimento das partes.

— Renovação de contrato: A., Africana Tecidos S. A.; R., Ana Alzira de Magalhães Lameira e outros — Mandou ouvir a autora.

— No requerimento de Augus-to Ramos Rodrigues — Diga a par-te contrária.

— Falência da Fábrica de Gêio N. S. de Nazaré — Mandou ouvir o síndico e o Representante do M. Público.

— No requerimento de José Marinho Vilhena Coelho — De-ferido.

— Depósito: A., Pinho da Sil-va & Cia.; R., Umbelina de Mi-randa Quadros — Designou o dia 7 de julho p., às 10 horas, para a

audiência de instrução e julga-mento.

— No requerimento de Izabel Almeida — Mandou citar.

— Idem, de Armino da Costa Maia e outros — Conclusos.

— Renovação de contrato de locação: A., Africana Tecidos S. A.; RR., Ana Alzira de Magalhães Lameira e outros — Em especifi-cação de provas.

— No requerimento de F. A. T. Viégas — Venha nos autos.

— Ação executiva: A., Banco de Crédito da Amazônia S. A.; R., Inácia Antônio da Silva — A car-tório.

— Falência de F. A. T. Viégas — Nomeou síndico o credor Antô-nio de Carvalho Mesquita Vale.

## EDITAIS

### JUDICIAIS

#### PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Osvaldo Rodrigues Campos e a senhorinha Terezinha de Jesus Souza.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Ilha das Onças, estovador, domiciliado nesta cidade e resi-dente à Rua Veiga Cabral n. 118, filho de João Evangelista Campos e de Dona Maria Rodrigues Cam-pos.

Ela é também solteira, natural do Pará, Ilha das Onças, prendas domésticas, domiciliada nesta ci-dade e residente à Travessa Bom Jardim n. 173, filha de Febrônio Mac-Dowell Souza e de Dona Ce-cília Souza.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conheci-mento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade d Belém, capital do Estado do Pará aos 19 de junho de 1953.

E eu, Raymundo Honorio da Sil-va, oficial de casamentos nesta Ca-pital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raydo, Ho-norio.

(T-5554-20 e 27/6-Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Guilherme Ricardo Cardoso Marçal e a senhorinha Te-rezinha de Jesus Nunes Ribeiro Bastos.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, bancário, domiciliado nesta cidade e residente ao Largo da Trindade n. 87, filho de Antô-nio de Barros Marçal e de Dona Odete Cardoso Marçal.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésti-cas, domiciliada nesta cidade e re-sidente à Trav. Padre Prudêncio n. 289, filha de Dona Joana Nunes Ribeiro.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conheci-mento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará aos 19 de junho de 1953.

E eu, Raymundo Honorio da Silva, oficial de casamentos nesta Capital, dato e assino com a ru-brica de que faço uso. — Raydo, Honorio.

(T-5555-20 e 27/6-Cr\$ 40,00)

#### ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA CIVIL DA CAPITAL

Citação com o prazo de 20 dias O Doutor Alvaro Pantoja, juiz de direito da quinta vara da Co-marca da Capital do Estado do Pará, etc..

Faço saber aos que o presente edital de citação virem ou dele ti-verem conhecimento que por parte de Dona Lila Moraes Palheta, me foi apresentada a petição do teor seguinte: — Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5.ª Vara. Lila Moraes Palheta, brasileira, solteira, do-méstica, residente e domiciliada nesta cidade à Rua Padre Pruden-cio n. 260, sob o patrocínio da As-sistência Judiciária Civil da Ca-pital, na qualidade de representan-

te legal de sua filha Almerinda de Moraes Rodrigues Trovão, vem propôr contra os possíveis herdei-ros de Guilherme Rodrigues Tro-vão, falecido no dia 5 de setembro de 1952, a presente ação de inves-tigação de paternidade com funda-mento no artigo 363, inciso I e II, protestando provar: I—Que desde o ano de 1946 a suplicante come-çou a viver em companhia do fa-lecido, Guilherme Rodrigues Tro-vão, perdurando essa união até a morte daquele; II—Que da vida em comum da suplicante com o fa-lecido, houveram dois filhos que tomaram os nomes de Almerinda e Guilherme Augusto Moraes Tro-vão, nascidos respectivamente nos dias 19 de dezembro de 1947 e 29 de dezembro de 1949, sendo o úl-timo reconhecido; III—Que quan-do a suplicante vivia em compa-nhia do "de-cujus" não havia im-pedimento para que se casassem civilmente; IV—Que a suplicante vivia teúda e mantida pelo "de-

cujus" que lhe provia juntamente com seus filhos, todas as neces-sidades com o produto de seu tra-balho. Em face do expendido, vem a suplicante com o devido respei-to, requerer a V. Excia. se digne mandar citar por edital os possí-veis herdeiros do falecido Guilher-me Rodrigues Trovão, para con-testarem a presente ação de inves-tigação de paternidade sob pena de revelia, a fim de julgada pro-cedente ser sua filha Almerinda de Moraes Rodrigues Trovão, já men-cionada reconhecida como filha do "de-cujus" e como tal sua herdeira e sucessora em linha reta. Pro-estando desde logo por todo o gê-nero de provas em direito permiti-das, inclusive depoimento pessoal dos réus, caso existam, e das tes-temunhas abaixo arroladas. Dá-se a causa para efeitos fiscais o va-lor de Cr\$ 3.000,00. São os ter-mos em que ouvido o doutor Curador, pede e espera Deferi-mento. Belém, 27 de maio de 1953. P.p. Burlamaqui Freire. Ról de testemunhas: Brígida Pereira de Souza, residente à Padre Pruden-cio n. 260; Stela Schaler, residente à Aristides Lobo n. 530; Margarida Schaler Chagas, Aristides Lobo n. 530. D. A., sim, com o prazo de 20 dias. Em 29/5/53. (a) Alvaro Pan-toja. Em virtude do mesmo despa-cho foi expedido o presente edital pelo qual ficam citados o spossí-veis herdeiros de Guilherme Ro-drigues Trovão, para contestarem a ação acima referida bem como assistirem-na em todos os seus termos até final sentença, sob pe-na de revelia. E para que não se alegue ignorância será este publi-cado na imprensa local no DIÁ-RIO OFICIAL pelo prazo de 20 dias. Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e cin-quenta e três. Eu, Armando do Amaral Sá, escrivão, o datilogra-fei. (a) Alvaro Pantoja.

(G-27/6)

## BOLETIM ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO N. 974 (Recurso n. 1.848 — Goiás)

Aliança de partidos: Não infringe a lei o acórdão que mandou computar em favor dela os votos contendo ape-nas a legenda de um dos partidos aliados.

Vistos, etc. Acordam os Juizes do Tribunal Superior Eleitoral não conhecer do recurso, contra o voto do pro-fessor Matos Peixoto.

Formara-se, em Goiás, uma aliança entre o Partido Social Pro-gressista e o Partido Republicano, para disputarem eleições de depu-tados às Câmaras Federal e Esta-dual.

Ao proceder-se à apuração das eleições, na urna foram encontra-das cédulas contendo nomes de candidatos, registrados pela Co-ligação mas, figurando apenas a legenda de um dos partidos coligados. Apurados tais votos para a Aliança, insurgiu-se o Partido So-cial Democrático, pretendendo anular as cédulas.

Repelido pela Junta e pelo Tri-bunal, nesse desideratum, veio o recurso para este Superior Elei-toral. Mas, o art. 55, § 4.º prescreve: Para representação na Câ-mara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, far-se-á a votação em uma cédula só, com a legenda partidária e qualquer dos nomes da res-pectiva lista registrada. § 3.º: Se a cédula contiver legenda e nome de candidato de outro partido, apurar-se-a o voto somente para o Partido cuja legenda constar da cédula.

É evidente a impertinência do texto ao caso concreto, mesmo porque a aplicar-se a regra por analogia, redundaria exatamente no que praticou o acórdão recor-rido.

O art. 140, permissivo da alian-ça, no § 4.º permite que nas elei-ções a que concorra, em aliança, cada partido aliado, poderá usar, sob o da Aliança a sua própria le-genda. Ora, também não colide a decisão com o texto, enfrentando situação diversa.

A decisão do Tribunal a quo, dando os votos por válidos, em vez de violar a lei, dá-lhe cumpri-mento conforme a finalidade do art. 140.

Reunidos os partidos aliados, conjugam esforços para a vitória comum; seus candidatos, registra-dos na aliança, perdem a cor par-tidária, para tomar a da coliga-ção. Desta sorte, o voto dado a qualquer deles ou a qualquer dos partidos coligados, deverá fatal-mente refletir-se, não no partido isoladamente, mas, na aliança.

De qualquer sorte, porém, nem são do mister tais considerações, porque há examinar apenas a apontada violação do art. 140, § 4.º e estes como facilmente se de-preende, nada dispõe em contrá-rio do que resolveu o acórdão.

Sala das sessões do Tribunal Su-perior Eleitoral — Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1952. — (aa) Edgard Costa, Presidente — Afra-nio Antônio da Costa, relator. Fui presidente, Plínio de Freitas Tra-vassos, procurador Geral.

Boletim Eleitoral n. 21, de abril de 1953, do Tribunal Superior Eleitoral (Pág. 323).





ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO III

BELÉM — SABADO, 27 DE JUNHO DE 1953

NUM. 894

PROCESSO N. 62

RESOLUÇÃO N. 2 DE 17 DE  
JUNH DE 1953

Altera e acresce disposi-  
tivos à Resolução n. 8, de  
29 de agosto de 1951 (Re-  
gimento Interno).

A Assembléia Legislativa do Es-  
tado estatui e a Mesa promulga  
a seguinte

RESOLUÇÃO :

Art. 1.º O art. 9.º do Regi-  
mento Interno passa a ser acresci-  
do do seguinte :

"Parágrafo 3.º. A Mesa tomará  
qualquer deliberação de sua com-  
petência coletiva por decisão do  
Presidente, 1.º e 2.º Secretários,  
ou quem eventualmente preencha  
os seus lugares, por maioria de  
votos".

Art. 2.º O art. 24 do Regi-  
mento Interno passa a ser acresci-  
do do seguinte :

"Parágrafo 3.º. No intuito de  
apressar os trabalhos de qualquer  
comissão, o respectivo Presidente  
poderá mandar imprimir e distri-  
buir pelos demais membros a pro-  
posição em análise e sua justifi-  
cação, bem como o Parecer apre-  
sentado pelo Relator, marcando  
sessão futura para debate e vota-  
ção deste Parecer e votos em se-  
parado porventura oferecidos nes-  
ta oportunidade".

Art. 3.º O parágrafo 1.º do  
art. 65 do Regimento Interno pas-  
sa a ter a seguinte redação :

Art. 65. ....

"Parágrafo 1.º. Caso não es-  
tejam presentes 13 deputados,  
proceder-se-á à leitura do Ex-  
pediente".

Art. 4.º Os parágrafos 1.º e 4.º  
do art. 67 do Regimento Interno  
passam a ter a seguinte redação

"Art. 67. ....  
Parágrafo 1.º. A ata será lida e  
votada no decurso da hora do  
Expediente, a qualquer momen-  
to em que o Presidente constatar  
a presença de pelos menos  
19 deputados.

Parágrafo 4.º. No Expedien-  
te serão lidos, em sumário, os  
papéis sobre a Mesa, no prazo  
máximo de quinze minutos, e  
depois concedida a palavra aos

## DIARIO DA ASSEMBLÉIA

oradores previamente inscritos  
em livro especial, para versa-  
rem sobre assuntos de sua livre  
escolha".

Art. 5.º O art. 71 "caput", do  
Regimento Interno, passa a ter a  
seguinte redação :

"Art. 71. Esgotada a hora do  
Expediente, e estando presentes  
pelos menos 19 deputados, o Sr.  
Presidente anunciará o início da  
primeira parte da Ordem do  
Dia, com a duração máxima de  
uma hora, e nela serão lidos,  
preferencialmente, pelo 1.º Se-  
cretário, resumos dos pareceres  
das comissões, apresentados pro-  
jetos de lei ou de resolução e  
discutidos e votados os requeri-  
mentos ou proposições em pauta  
para essa parte da sessão.

Art. 6.º O art. 94 do Regi-  
mento Interno passa a ter a se-  
guinte redação :

"Art. 94. O parecer, depois  
de aprovação pela respectiva co-  
missão, será dado a conhecer à  
Casa mediante resumo lido pelo  
1.º Secretário da Assembléia, e  
será mandado a imprimir para  
após ser incluído na pauta".

Art. 7.º O art. 100 e seus pa-  
rágrafos, do Regimento Interno,  
passam a ter a seguinte redação :

"Art. 100. Os projetos de lei  
serão submetidos a três discus-  
sões.

Parágrafo 1.º Considera-se pri-  
meira discussão aquela a que  
fôrem submetidos com o pare-  
cer.

Parágrafo 2.º Havendo no mes-  
mo processo pareceres discor-  
dantes de diferentes Comissões,  
será votado em plenário, inicial-  
mente, o da Comissão de Cons-  
tituição e Justiça, em seguida o  
da Comissão de Finanças e de-  
pois os de quaisquer outras Co-  
missões, na ordem do art. 21  
deste Regimento.

Parágrafo 3.º A aprovação de  
parecer contrário à proposição,  
qualquer que seja a Comissão  
que o tenha emitido, dispensará  
a discussão dos demais, deter-  
minando a rejeição da proposta.

Parágrafo 4.º Os projetos de au-  
ria das Comissões, sobre maté-  
ria de sua competência, entra-  
rão logo em segunda discussão,  
considerando-se como primeira  
os debates travados nas reuni-  
ões das comissões.

Parágrafo 5.º Decorrerão entre  
as discussões pelos menos 24  
horas".

Art. 8.º Nos casos omissos  
neste Regimento serão deles ele-  
mentos subsidiários os Regimen-

tos Internos da Câmara dos De-  
putados e do Senado Federal.

Art. 9.º Esta Resolução en-  
trará em vigor na data de sua  
publicação, depois de promulgada  
pela Mesa da Assembléia, revoga-  
das as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembléia  
Legislativa do Estado do Pará, em  
17 de junho de 1953.

Abel Martins e Silva, Presidente.  
Augusto Pereira Corrêa, 1.º Secre-  
tário.  
Fernando Rebelo Magalhães, 2.º  
Secretário.

Ata da quadragésima primeira  
sessão ordinária da Assembléia,  
em vinte e dois de junho de mil  
novecentos e cinquenta e três.

Aos vinte e dois dias do mês de  
junho do ano de mil novecentos  
e cinquenta e três nesta cidade de  
Belém, Capital do Estado do Pará,  
às quinze horas no salão de ses-  
sões da Assembléia Legislativa,  
edifício da Municipalidade, pre-  
sentes os Excelentíssimos Senho-  
res deputados Abel Figueiredo,  
Armando Mendes, Carlos Mene-  
zes, Clovis Ferro Costa, Francisco  
Bordalo, José Maria Chaves, José  
Jacinto Aben-Athar, Licurgo Pei-  
xoto, Rui Barata, Wilson Amana-  
jás, Acindino Campos, João Ca-  
margo, João Menezes, Pereira Bra-  
sil, Rui Mendonça, Pedro Paes,  
Dionísio Bentes de Carvalho, Sil-  
vío Meira, Cunha Coimbra,  
Efraim Bentes, Romeu Santos,  
Humberto Vasconcelos, Imbiriba  
da Rocha, Reis Ferreira e Cléo  
Bernardo, o senhor presidente  
Abel Martins, secretariado pelos  
senhores deputados Augusto Cor-  
rêa e Rosa Pereira, constatando  
haver número legal deu início aos  
trabalhos, mandando proceder a  
leitura da ata da sessão anterior,  
a qual foi aprovada sem emendas  
O Expediente sobre a Mesa cons-  
tou do seguinte : telegrama do  
senhor Teófilo Furtado, presiden-  
te da Comissão Municipal de Es-  
tudos e Sugestões para o ante-  
projeto da divisão territorial a vi-  
gorar no quinquênio de mil nove-  
centos e cinquenta e quatro a mil  
novecentos e cinquenta e oito,  
comunicando a instalação da re-  
ferida Comissão; ofício circular  
do presidente da Assembléia Le-  
gislativa do Estado de Mato Gros-  
so comunicando a eleição da Mesa  
que dirigirá os trabalhos legisla-  
tivos do corrente ano; ofício do  
presidente da Câmara Municipal  
de Capanema acusando o recebi-  
mento da circular número cinco,  
desta Assembléia; ofício do se-

nhor presidente da Câmara Mu-  
nicipal de Curuçá, acusando o re-  
cebimento da circular número  
dois, desta Assembléia; ofício do  
senhor Governador do Estado en-  
caminhando o p. rojeito de lei,  
abrindo crédito especial em favor  
da firma Laboratório Silva Arau-  
jo; ofícios do senhor Governador  
do Estado, encaminhando proje-  
tos de lei abrindo créditos espe-  
ciais em favor de Edgar Vascon-  
celos Dantas Cavalcante, Fábrica  
Cerâmica da Cidade Limitada e  
Estância Brasil Limitada; ofício  
do presidente da Câmara Muni-  
cipal de Bragança, acusando o re-  
cebimento da circular número cinco,  
desta Assembléia; ofício do se-  
nhor Governador do Estado, en-  
caminhando a esta Assembléia o  
projeto de lei que dispõe sobre a  
elevação de M. para O o padrão de  
vencimentos de dois cargos iso-  
lados, de provimento efetivo, de  
Motorista, do Quadro Único, lota-  
do no Gabinete do Governador;  
ofícios do senhor Governador do  
Estado, encaminhando a esta As-  
sembléia os projetos de lei abrin-  
do créditos especiais em favor das  
firmas F. L. de Souza, Rubertex  
Limitada, Serviço de Navegação  
do Estado e A. Pinheiro e Com-  
panhia e ofício do senhor Secre-  
tário de Economia e Finanças en-  
caminhando uma relação forneci-  
da pelo Departamento de Despesa,  
daquela Secretaria, das atuais  
pensões de montepio. O primeiro  
orador da Hora do Expediente foi  
o senhor deputado Augusto Cor-  
rêa, que com justificativa, apre-  
sentou um requerimento no sen-  
tido de ser solicitada ao senhor  
Governador do Estado, uma sin-  
dicância a respeito da venda, pelo  
Estado de uma área de terra no  
Município de Nova Timboteua, no  
lugar Taciteua Ainda com a pa-  
lavra apresentou em nome do  
senhor deputado Rui Barata dois  
requerimentos. O primeiro, no  
sentido de ser oficiado ao senhor  
Governador do Estado, solicitan-  
do o mais vivo empenho para ser  
incluída no Plano de Obras do  
Estado, para o próximo ano, a  
construção de uma escola da Co-  
lônia Agrícola existente no Mu-  
nicipio de Altamira. O segundo,  
no sentido de ser telegrafado aos  
nossos representantes na Câmara  
Federal e no Senado solicitando  
que sejam incluídas no Orçamento  
da União, verbas necessárias para  
a conclusão do serviço de águas,  
para Itaituba, Prainha, Juruti,  
Faro, Almeirim, Porto de Moz,  
Anajás, Chaves, São Sebastião da  
Boa Vista, Araticú, Barcarena,  
Itupiranga e Baião. O senhor  
deputado Wilson Amanajás, tam-  
bém apresentou dois requerimen-  
tos. O primeiro no sentido de  
ser oficiado ao senhor Governador  
do Estado, transmitindo o apêlo  
desta Assembléia para que seja  
criado o Commissariado do Bairro  
do Telégrafo Sem Fio. O segundo,  
no sentido de ser telegrafado ao  
senhor Presidente da República,



fazendo um apelo para que conserve a frente do Ministério da Agricultura, o senhor João Cleofas. Seguiu-se com a palavra o senhor deputado Reis Ferreira, que referiu a um artigo de autoria do jornalista Ossian Brito, publicado no semanário "O Imparcial", em sua edição de ontem, no qual o referido jornalista usara de expressões agressivas a sua pessoa, classificando-o depreciativamente. Em termos enérgicos o senhor deputado Reis Ferreira explicou ao articulista, usando de expressões de acentuada violência. O senhor deputado Cléo Bernardo protestou contra a prisão de um redator comercial do semanário "Flash", na Vila do Mosquito, esclarecendo que essa prisão fora efetuada em virtude do referido profissional estar elogiando a atitude do "Flash", em relação ao Governo do Estado. O último orador da Hora do Expediente foi o senhor deputado Cunha Coimbra que, em nome da bancada trabalhista, comunicou a seus pares, em caráter oficial o lançamento da candidatura do senhor Renato Franco, à Prefeitura Municipal de Belém, na convenção do Partido Trabalhista Brasileiro, realizada sábado último. Em seguida, leu o discurso proferido pelo senhor Renato Franco, na referida convenção, a fim de que o mesmo constasse nos Anais desta Assembléia. Encaminhados os trabalhos para a Primeira parte da Ordem do Dia foi aprovado o requerimento de autoria do senhor deputado Cléo Bernardo, no sentido de que esta Assembléia apresente uma moção de congratulações e solidariedade à classe marítima brasileira, ora em greve pacífica, apelando ao Presidente da República para uma solução imediata, assim como as emendas dos senhores deputados Humberto Vasconcelos e Lobão da Silveira, sendo que a primeira com restrições do senhor deputado João Menezes, e a segunda com os votos contrários dos senhores deputados Cléo Bernardo, Rui Barata e Imbiriba da Rocha. A seguir foram aprovados, sem discussão, os seguintes requerimentos: de autoria da bancada trabalhista, solicitando ao Poder Executivo inclusão no Plano Social da importância de doze mil cruzeiros, como auxílio ao Externato "Onze de Fevereiro", com restrições do senhor deputado Armando Mendes; da bancada trabalhista, também solicitando ao Executivo a inclusão no Plano Social de importância destinada ao Círculo Operário de Icoaraci e para União Social Trabalhista, respectivamente, com as restrições dos senhores deputados Armando Mendes e Cléo Bernardo; do senhor deputado Acindino Campos, solicitando a inclusão no Orçamento da União, para o próximo ano, da verba de oitocentos mil cruzeiros destinada à Federação das Associações Beneficentes do Pará; da bancada Trabalhista solicitando ao senhor Presidente da República seus bons ofícios no sentido de que o Departamento Administrativo do Serviço Público acelere a regulamentação do Parágrafo único do artigo quinto, do Decreto-lei número mil setecentos e sessenta e cinco, de doze de dezembro de mil novecentos e cinquenta e dois; da bancada trabalhista solicitando ao senhor Presidente da República o pagamento do abono de emergência aos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Pará, e ainda da bancada trabalhista solicitando ao Chefe do Poder Executivo seus bons ofícios junto à Comissão Técnica da Secretaria de Finanças, no sentido de ser abreviado o estudo iniciado sobre a situação dos pensionistas estaduais. Na segunda Parte da Ordem do Dia foi anunciada a votação do projeto de resolução que institui a gratificação mensal de quatro mil cruzeiros aos senhores deputados. O senhor deputado Cunha Coimbra solicitando a palavra para encaminhar a votação protestou contra a interferência do Chefe do Poder Executivo em assuntos que dizem respeito a esta Assembléia, para depois, em

nome dos senhores deputados que subscreveram o projeto, solicitar a Presidência que o mesmo fosse retirado da pauta dos trabalhos. Submetida a votação a preliminar do senhor Cunha Coimbra foi a mesma aprovada contra os votos dos senhores deputados Clovis Ferro Costa, José Jacinto Aben-Athar, Armando Mendes, Abel Figueiredo, José Maria Chaves, Rui Barata, Carlos Menezes, Augusto Corrêa e Abel Martins. Justificaram os seus votos contrários a preliminar os senhores deputados Armando Mendes e Augusto Corrêa. Também justificaram seus votos favoráveis os senhores deputados Cléo Bernardo e João Camargo, que também protestaram contra a interferência do Chefe do Poder Executivo em assuntos que dizem respeito a esta Assembléia e Humberto Vasconcelos, Licurgo, Peixoto, Wilson Amanajás. O senhor deputado Rui Barata justificando o seu voto contrário a preliminar, declarou que, o Governo estava sendo vítima de uma injustiça. Jamais procurara ter qualquer interferência com relação ao projeto que institua a gratificação mensal de quatro mil cruzeiros aos senhores deputados. Ainda na segunda Parte da Ordem do Dia foram aprovados os seguintes projetos de lei: em redação final o que concede um auxílio especial à Prefeitura de Ananindeua, a fim de instalar um gerador de energia elétrica na vila de Benevides; em segunda discussão, o que estabelece prêmios aos estudos de natureza econômica; em primeira discussão, depois da manifestação favorável do senhor deputado Wilson Amanajás, o que faz doação ao Governo Federal de duas áreas de terras para ampliação da escola de Iniciação Agrícola "Márcio Barata"; em primeira discussão os projetos de lei que reconhecem de utilidade pública o "Esporte Clube Norte Brasileiro"; o que abre crédito especial em favor de Therezinha de Jesus Lavareda Reis; e o que abre um crédito especial como auxílio às festas do Primeiro Centenário da elevação de Óbidos à categoria de Cidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente Abel Martins colocou em pauta para a sessão imediata os processos números duzentos e sessenta e três, quarenta e cinco e cinco, encerrando a sessão às dezessete horas e cinco minutos, marcando outra para o dia imediato, à hora regimental, sendo então lavrada a presente ata que vai assinada pelo senhor presidente e demais membros da Mesa. Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em vinte e dois de junho de mil novecentos e cinquenta e três. — (aa) Abel Martins e Silva, presidente; Rui Mendonça e Rosa Pereira.

Ata da quadragésima segunda sessão ordinária da Assembléia, em vinte e três de junho de mil novecentos e cinquenta e três. Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas, no salão de sessões da Assembléia Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Abel Figueiredo, Américo Lima, Armando Mendes, Carlos Menezes, Clovis Ferro Costa, Francisco Bordalo, José Maria Chaves, José Jacinto Aben-Athar, Licurgo Peixoto, Paulo Itaguay, Rui Barata, Wilson Amanajás, Ismael Araújo, João Camargo, João Menezes, Libero Luxardo, Pereira Brasil, Pedro Paes, Dionísio Bentes de Carvalho, Silvino Meira, Cunha Coimbra, Romeu Santos, Humberto Vasconcelos, Reis Ferreira e Cléo Bernardo, o Sr. Presidente Abel Martins, secretariado pelos Srs. Deputados Rui Mendonça, Rosa Pereira e depois Augusto Corrêa, constatando haver quórum legal, deu início aos trabalhos, mandando proceder à leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem emendas. O expediente constou do seguinte: ofício do Senhor Presidente do Tribunal

de Justiça do Estado, acusando o recebimento do ofício número trezentos e vinte e oito, desta Assembléia; ofício do Senhor Secretário do Interior e Justiça, comunicando que os projetos de lei números dez e onze, desta Assembléia, passaram a fazer parte da legislação do Estado com os números seiscentos e dez e seiscentos e onze; ofícios do Senhor Secretário do Interior e Justiça, acusando o recebimento dos ofícios números duzentos e onze, cento e oitenta e sete e trezentos e sete, desta Assembléia; e convite do Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, convidando esta Assembléia para a sessão de posse dos novos funcionários do Conselho Administrativo daquela Sociedade. O primeiro orador da Hora do Expediente foi o Senhor Deputado José Jacinto Aben-Athar que, com justificativa, apresentou um requerimento no sentido de ser dirigido um apelo ao Presidente da Câmara Federal e aos líderes da nossa representação no Congresso Nacional, para ser dado prosseguimento ao estudo do projeto de lei que reajusta a aposentadoria e pensões dos bancários. Requeriu ainda que, deste apelo sejam cientificadas as Assembléias Legislativas de todos os estados brasileiros. Seguiu-se com a palavra o Senhor Deputado Cléo Bernardo, que voltou a falar sobre a prisão do redator comercial do semanário "Flash", na Vila do Mosquito, para comunicar à Casa que o referido profissional acabava de ser agredido por um capanga quando se encontrava amesandado em um bar situado no Boulevard Castilhos França. Protestou contra este fato, chamando a atenção da opinião pública para ocorrências dessa natureza. O Senhor Deputado Reis Ferreira, assomando à tribuna, pronunciou um longo discurso sobre a primeira Exposição de Caméu, no Município de Cametá, dizendo das razões pelas quais não havia comparecido, como Presidente da Federação das Associações Rurais, embora tivesse sido convidado pelo Senhor Secretário de Economia e Finanças. O último orador da Hora do Expediente foi o Senhor Deputado Cunha Coimbra, que apresentou dois requerimentos. O primeiro, em nome da bancada trabalhista, no sentido de ser oficiado ao Conselho Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem, neste Estado, manifestando aplausos ao recente ato do referido Conselho, que por maioria de votos de seus membros, acaba de conceder aumento de vencimentos ao pessoal desse órgão público. O segundo, com vários itens, solicitando que seja oficiado ao Chefe do Poder Executivo, pedindo várias providências sobre a situação dos Guardas-Fiscais da Recebedoria de Rendas do Estado. Encaminhados os trabalhos para a primeira parte da Ordem do Dia, foram aprovados, sem discussão, os seguintes requerimentos: do Senhor Deputado João Menezes, sobre o pagamento dos auxílios-doença e aposentadoria por invalidez, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes; do Senhor Deputado Imbiriba da Rocha, encarecendo apoio dos membros da nossa representação nas duas Casas do Congresso Nacional e aos líderes de todos os Partidos, para os projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Lameira Bittencourt, abrindo crédito destinado à formação dos campos de invernada nas zonas neoeuaristas do Baixo Amazonas e à criação da Carteira de Jute e Fibras Similares no Banco de Crédito da Amazônia; do Senhor Deputado Reis Ferreira, apelando para os representantes da Região Amazônica no Senado, no sentido de ser discutido e votado o projeto Aluizio Ferreira, o qual visa medidas assistenciais aos produtores de borracha desta região; do Senhor Deputado Cunha Coimbra, sobre os votos de congratulações ao Conselho Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem. A seguir, o Senhor Deputado Car-

los Menezes apresentou um projeto de lei abrindo o crédito especial de cem mil cruzeiros, destinados a auxiliar os festejos comemorativos do primeiro centenário da elevação de Bragança à categoria de cidade. Na segunda parte da Ordem do Dia foram aprovados, sem discussão, os seguintes projetos de lei: em terceira discussão, o que estabeleça prêmios aos estudos de natureza econômica; em segunda discussão, o que faz doação ao Governo Federal de duas áreas de terra para ampliação da Escola de Iniciação Agrícola "Márcio Barata"; e, em segunda discussão, o que declara de utilidade pública o "Esporte Clube Norte Brasileiro". Anunciada a segunda discussão do projeto de lei que abre crédito especial em favor de Therezinha de Jesus Lavareda Reis, o Senhor Deputado José Jacinto Aben-Athar apresentou uma emenda modificando a redação do artigo primeiro. Submetida a matéria à votação, foi a mesma aprovada, assim como a emenda do referido deputado. Após, foi anunciada a segunda discussão do projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rui Barata, abrindo crédito especial de duzentos e cinquenta mil cruzeiros, como auxílio às festas do primeiro centenário da elevação de Óbidos à categoria de cidade, tendo o Senhor Deputado José Jacinto Aben-Athar apresentado uma emenda modificando a redação do artigo primeiro. O Senhor Deputado Rui Barata também apresentou uma emenda ao artigo primeiro do citado projeto de lei. Submetida a matéria à votação, foi a mesma aprovada, assim como as emendas apresentadas pelos referidos deputados. Anunciada a primeira discussão do projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Menezes, abrindo o crédito especial de cento e cinquenta mil cruzeiros para auxílio à Companhia Lírica-Internacional, o Senhor Deputado João Menezes manifestou-se contrário à matéria, a qual, submetida à votação, foi aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em primeira discussão o projeto de lei de autoria do Deputado Silvino Meira, que define o "pequeno produtor" para os fins previstos no artigo dezoito, inciso quarto da Constituição Federal e artigo vigésimo terceiro, inciso quarto da Carta Estadual e determina providências no sentido de fomentar a produção agrícola. O Senhor Deputado João Menezes interrogou a Mesa qual dos pareceres consignados ao projeto iria ser colocado em votação primeiramente. A Presidência respondendo, colocou em votação o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, o qual foi rejeitado. Em seguida, foi colocado em discussão o parecer da Comissão de Agricultura, o qual, depois da manifestação favorável do Senhor Deputado Humberto Vasconcelos, foi aprovado. O Senhor Deputado Armando Mendes, justificando o seu voto favorável ao parecer da Comissão de Agricultura, declarou que ao apresentar o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, teve apenas a intenção de colocar o projeto em seu verdadeiro objetivo. Também o Senhor Deputado Clovis Ferro Costa, usando da palavra, declarou que votara com restrições ao referido parecer, reservando-se para apresentar emendas em discussões posteriores. Em seguida, foi aprovado, em primeira discussão o projeto de lei que abre crédito especial em favor de Francisco Rodrigues Alves. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Abel Martins encerrou a sessão às dezessete horas e cinquenta minutos, marcando outra para o dia imediato, à hora regimental, sendo então lavrada a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Mesa. Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em vinte e três de junho de mil novecentos e cinquenta e três. — (aa) Abel Martins e Silva, presidente; Augusto Pereira Corrêa e Rosa Pereira.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

# Diário do Município

ANO II

BELÉM — SABADO, 27 DE JUNHO DE 1953

NUM. 131

## GABINETE DO PREFEITO

### ATOS E DECISÕES

LEI N. 1.721 — DE 26 DE MAIO DE 1953

Concede, por aforamento, um terreno a Maria Emilia Barbalho de Araujo.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono e publico a seguinte lei:

Artigo único. Fica concedido, por aforamento, a D. Maria Emilia Barbalho de Araujo, o terreno situado na quadra: Travessa 3 de Maio frente e 9 de Janeiro, Ruas Pariquis e Mundurucus de onde dista quarenta e cinco metros e vinte centímetros. Limita-se à direita com o imóvel 618 e à esquerda com o de n. 614, medindo de frente três metros e quarenta e cinco centímetros ..... (3,45m) e de fundos sessenta e dois (62m) com uma área de duzentos e treze metros e noventa centímetros quadrados, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

LEI N. 1.722 — DE 1 DE JUNHO DE 1953

Dispensa impostos taxas e emolumentos.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono e publico a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam dispensados de pagamento de licença, imposto, taxa e emolumentos municipais, os proprietários de prédios ou casas que realizarem obras de limpeza, calçamento e pintura externa dos mesmos, bem como reforma de fachadas e construções ou reparos de passeios, dentro do prazo de três (3) meses contados da data da publicação desta lei, sujeitos à Fiscalização Municipal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

LEI N. 1.723 — DE 1 DE JUNHO DE 1953

Concede, por aforamento, um terreno a José Ordóñez Rodrigues.

A Câmara Municipal de Belém

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

estatui e eu sanciono e publico a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedido, por aforamento, a José Ordóñez Rodrigues, o terreno situado na quadra: Travessa Teófilo Condurú para onde fez frente e Francisco Monteiro, Ruas Américo Santa Rosa e Silva Rosado, de onde dista quarenta e oito metros quadrados; limita-se à direita o imóvel 265 e à esquerda o de n. 271; medindo de frente sete metros por quarenta e cinco metros e oitenta centímetros de fundos ..... (7m45,80m) ou seja uma área de trezentos e vinte metros quadrados e sessenta centímetros ..... (320,60m.2).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

LEI N. 1.724 — DE 1 DE JUNHO DE 1953

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a D. Elisa Alves de Oliveira.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono e publico a seguinte lei:

Artigo único. Fica concedido a D. Elisa Alves de Oliveira, por aforamento o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: Travessa Alferes Costa, frente e Travessa Perebeui, para onde se projetam os fundos, nos perímetros entre as Avenidas Duque de Caxias e 25 de Setembro de onde dista cento e noventa e dois metros e cinquenta centímetros limita-se à direita com o imóvel de n. 954 e à esquerda com o s/n, medindo de frente seis metros e sessenta centímetros por setenta e um metros e trinta centímetros de fundos (6,60 x 71,30m) com uma área de quatrocentos e setenta metros e cinquenta e oito centímetros, 470,58m.2, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

LEI N. 1.725 — DE 1 DE JUNHO DE 1953

Autoriza o Executivo Municipal a conceder o aforamento de um terreno a Guilherme Sereni.

A Câmara Municipal de Belém

estatui e eu sanciono e publico a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedido a Guilherme Sereni o aforamento de um terreno situado na quadra: Travessa Lomas Valentinas para onde faz frente e Itororó, Avenida Pedro Miranda de onde dista 45m.00 e Marquês de Herval; limita-se à direita o Parque Infantil da Prefeitura e à esquerda a casa n. 393; medindo de frente 6m.30 por 50m.00 de fundos, ou seja uma área de 315m2,00.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

DECRETO N. 5.075

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

promover, por antiguidade, nos termos do art. 50, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, Olavo Flôro de Almeida, titular efetivo da classe L, da carreira de "Oficial Administrativo", do Quadro Único, lotado na Divisão da Receita, do Departamento da Fazenda, para a classe M, da mesma carreira, lotado na aludida Divisão, na vaga aberta com a promoção de João Cavalcante de Lima.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 18 de junho de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se.

Secretaria da Prefeitura, 18 de junho de 1953.

Carlos Lucas de Sousa  
Secretário Geral

DECRETO N. 5.076

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

promover, por antiguidade, nos termos do art. 50, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, João Cavalcante de Lima, titular efetivo da classe M, da carreira de "Oficial Administrativo", do Quadro Único, lotado na Divisão da Receita do Departamento da Fazenda, para a classe N, da

mesma carreira, lotado na aludida Divisão.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 18 de junho de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se.

Secretaria da Prefeitura, 18 de junho de 1953.

Carlos Lucas de Sousa  
Secretário Geral

DECRETO N. 5.077

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

promover, por antiguidade, nos termos do art. 50, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1952, Maria Nazaré C. Teles, titular efetiva da classe K, da carreira de "Oficial Administrativo", do Quadro Único, lotado no Contencioso Municipal, para a classe L, da mesma carreira, da referida repartição.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 18 de junho de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se.

Secretaria da Prefeitura, 18 de junho de 1953.

Carlos Lucas de Sousa  
Secretário Geral

DECRETO N. 5.078

O Prefeito Municipal de Belém, resolve:

promover, por merecimento, nos termos do art. 51, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, Cleide Lima, titular efetivo da classe K, do Quadro Único, lotada na 1.ª Seção da Divisão da Receita, para a classe L, da mesma carreira de "Oficial Administrativo", lotado na 1.ª Seção da Divisão da Despesa.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 18 de junho de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO  
Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se.

Secretaria da Prefeitura, 18 de junho de 1953.

Carlos Lucas de Sousa  
Secretário Geral

DECRETO N. 5.079

O Prefeito Municipal de Belém, resolve:

promover, por antiguidade, nos



termos do art. 50, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, Judileide Sousa e Silva, titular efetivo da classe K, da carreira de "Oficial Administrativo", do Quadro Único, lotado na Divisão da Receita, para a classe L, da mesma carreira, lotado na mesma Divisão, na vaga aberta com a promoção de Olavo Floro de Almeida.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 18 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal  
Cumpra-se e publique-se  
Secretaria da Prefeitura, 13 de junho de 1953.

Carlos Lucas de Sousa  
Secretário Geral

#### DECRETO N. 5.080

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.725, de 1 de junho de 1953 da Câmara Municipal de Belém,

#### DECRETA :

Art. 1.º Fica concedido a Guilherme Sereni o aforamento de um terreno situado na quadra: Travessa Lomas Valentinas para onde faz frente e Itororó, Avenida Pedro Miranda de onde dista 45m,00 e Marquês de Herval; limita-se à direita o Parque Infantil da Prefeitura e à esquerda a casa n. 393; medindo de frente 6m,30 por 50m,00 de fundos, ou seja uma área de 315m2,00.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

#### DECRETO N. 5.081

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.724, de 1 de junho de 1953, da Câmara Municipal de Belém,

#### DECRETA :

Artigo único. Fica concedido a D. Elisa Alves de Oliveira, por aforamento o terreno do Patrimônio Municipal, situado na quadra: Travessa Alferes Costa, frente e Travessa Perebeul, para onde se projetam os fundos, nos perímetros entre as Avenidas Duque de Caxias e 25 de Setembro de onde dista cento e noventa e dois metros e cinquenta centímetros limita-se à direita com o imóvel de n. 954 e à esquerda com o s.m., medindo de frente seis metros e sessenta centímetros por setenta e um metros e trinta centímetros de fundos (6,60 x 71,30m) com uma área de quatrocentos e setenta metros e cinquenta e oito centímetros, 470,58m2, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

#### DECRETO N. 5.082

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.723, de 1 de junho de 1953, da Câmara Municipal de Belém,

#### DECRETA :

Art. 1.º Fica concedido, por aforamento, a José Ordóñez Rodrigues, o terreno situado na quadra: Travessa Teófilo Conduzú para onde faz frente e Francisco Monteiro, Ruas Américo Santa Rosa e Silva Rosado, de onde dista quarenta e oito metros quadra-

dos; limita-se à direita o imóvel 265 e à esquerda o de n. 271; medindo de frente sete metros por quarenta e cinco metros e oitenta centímetros de fundos ..... (7m45,80m) ou seja uma área de trezentos e vinte metros quadrados e sessenta centímetros ..... (320,60m2).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

#### DECRETO N. 5.083

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.721, de 26 de maio de 1953, da Câmara Municipal de Belém,

#### DECRETA :

Artigo único. Fica concedido por aforamento a D. Maria Emilia Barbalho de Araújo, o terreno situado na quadra: Travessa 3 de Maio frente e 9 de Janeiro, ruas Pariquis e Mundurucús de onde dista quarenta e cinco metros e vinte centímetros. Limita-se à direita com o imóvel 618 e à esquerda com o de n. 614, medindo de frente três metros e quarenta e cinco centímetros (3,45m) e de fundos sessenta e dois metros (62m) com uma área de duzentos e treze metros e noventa centímetros quadrados, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA N. 378

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições e tendo em vista a conveniência do serviço,

RESOLVE: Mandar servir, pelo prazo de um (1) ano, na 1.ª Divisão da Despesa, do Departamento da Fazenda, nos termos do art. 40, Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, Constância de Miranda Gomes, ocupante efetiva do cargo de Oficial Administrativo, classe L, lotado no Departamento do Patrimônio, Arquivo e Cadastro.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

#### DECRETO N. 5.084

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

promover, por antiguidade, nos termos do art. 50, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, Constância de Miranda Gomes, titular efetivo da classe K, da carreira de "Oficial Administrativo", do Quadro Único, lotado na Divisão da Despesa, para a classe L, da mesma carreira, lotado no Departamento do Patrimônio, Arquivo e Cadastro, na vaga aberta com a promoção de Alcinda Comba do Amaral Cacula.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 18 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se.  
Secretaria da Prefeitura, 18 de junho de 1953.

Carlos Lucas de Sousa  
Secretário Geral

#### DECRETO N. 5.085

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

promover, por merecimento, nos termos do art. 51 do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, Alcinda Comba do Amaral Cacula, titular efetiva da classe L, da carreira de "Oficial Administrativo", lotado no Departamento do Patrimônio, Arquivo e Cadastro, para a classe M, da mesma carreira, lotado na Seção de Arquivo, do aludido Departamento, na vaga aberta com a aposentadoria de Norberto Cavalcante de Melo.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 18 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se.  
Secretaria da Prefeitura, 18 de junho de 1953.

Carlos Lucas de Sousa  
Secretário Geral

#### DECRETO N. 5.086

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

nomear, nos termos do art. 15, item V, combinado com os arts. 88 e 89, §§ 1.º e 2.º do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, Raimunda Léa Mendes Cacula, para exercer, em substituição, o cargo de Contabilista — classe O, lotado na Contadoria Geral, enquanto durar o impedimento da titular efetiva, Maria Emilia Silva.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 22 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se.  
Secretaria da Prefeitura, 22 de junho de 1953.

Carlos Lucas de Sousa  
Secretário Geral

#### DECRETO N. 5.087

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais, etc. e

Considerando que o Sr. Fulgêncio Raimundo Costa completou a idade de 70 anos, que é a de limite para o serviço público;

Considerando o que consta do laudo médico n. 62, de 4/4/53, do Serviço de Assistência Médico-Social e

Considerando que o aludido senhor conta a seu favor o tempo de mais de sete anos de serviço ininterruptamente prestado a esta Municipalidade, como diarista do Departamento Municipal de Agricultura,

#### DECRETA :

Artigo único. Fica aposentado, compulsoriamente, nos termos do item II, do art. 191, da Constituição Federal vigente, o Sr. Fulgêncio Raimundo Costa, diarista do Departamento Municipal de Agricultura, com os proventos mensais de duzentos e oito cruzeiros e trinta centavos ..... (Cr\$ 208,30), ou sejam, dois mil quatrocentos e noventa e nove cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 2.499,60) anuais, de conformidade com o § 2.º do art. 189, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA N. 382

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições e tendo em vista o ofício n. 543, datado de 13 do corrente mês, do Exmo. Sr. Dr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará,

Resolve, por a disposição daquele Tribunal, provisoriamente e até ulterior deliberação, a funcionária desta Prefeitura, Maria Helena Pereira, ocupante efetiva do cargo isolado de Dactilógrafo padrão E, lotado na Contadoria Geral do Departamento da Fazenda.

Cumpra-se.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 26 de junho de 1953.

**Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

Térmo de contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Belém, representada pelo Sr. Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal e Antônio Manoel Pinheiro.

Aos dezessete (17) dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e três (1953), no Gabinete do Sr. Dr. Prefeito Municipal, presente o Sr. Antônio Manoel Pinheiro e o Exmo. Sr. Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal, acordaram o seguinte:

**Cláusula primeira** — O Governo do Município de Belém, resolve contratar Antônio Manoel Pinheiro, daqui por diante denominado contratado para servir como vigia do mercado da Cremação.

**Cláusula segunda** — O Contratado elege a cidade de Belém para seu domicílio legal, cujo fóro será competente para dirimir as questões que se suscitem na execução deste contrato.

**Cláusula terceira** — Como remuneração de seus serviços, o contratado receberá o salário mensal de setecentos cruzeiros ..... (Cr\$ 700,00), a contar da presente data.

**Cláusula quarta** — A duração do presente contrato será até trinta e um (31) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e três.

**Cláusula quinta** — A despesa com o pagamento da importância prevista na cláusula terceira correrá, no atual exercício, à conta da Tabela n. 15 do orçamento em vigor.

**Cláusula sexta** — O presente contrato que foi aprovado pelo Exmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal de Belém, poderá ser rescindido a qualquer tempo, por iniciativa do Prefeito, se o contratado deixar de corresponder aos deveres de suas funções, ou não forem mais julgados necessários os seus serviços e por iniciativa do contratado, se lhe convier, devendo em qualquer caso, a parte que resolver a rescisão, notificar a outra com antecedência de trinta (30) dias, findos os quais, será considerado rescindido o presente contrato, sem que caiba qualquer pedido de indenização ou reclamação judicial ou extra-judicial. O presente contrato está isento de selo proporcional na forma da Legislação em vigor, e, para firmeza e validade do que ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo que, depois de lido e achado conforme, será assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas abaixo e por mim, Secretário Geral da Prefeitura Municipal de Belém, que o subscrevo e assino.

Belém, 17 de junho de 1953.

— (aa) Carlos Lucas de Sousa, secretário geral — Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito M. de Belém — Antônio Manoel Pinheiro, contratado — João Marinho, 1.ª testemunha.